

UFPBNDIHR

TEXTOS

UFPBNDIHR

TEXTOS

UFPBNDIHR

TEXTOS

UF

IHR

UM ESTUDO SOBRE AS ITAQUATIARAS DO
INGÁ

VILMA DE LURDES B. SOUZA

TEXTOS UFPB - NDIHR Nº 26

MAIO/1991

UFPBNDIHR

NO MEIO DO CAMINHO

No meio do caminho tinha uma pedra
tinha uma pedra no meio do caminho
tinha uma pedra
no meio do caminho tinha uma pedra.

Nunca me esquecerei desse acontecimento
na vida de minhas retinas tão fatigadas.
Nunca me esquecerei que no meio do caminho
tinha uma pedra
tinha uma pedra no meio do caminho
no meio do caminho tinha uma pedra.

Carlos Drumond de Andrade. Poesia e Prosa.
Rio de Janeiro; Nova Aguilar, 1988. Pg.15

Este trabalho, elaborado por Vilma de Lurdes Barbosa de Sousa, representa um resultado positivo do esforço desempenhado profissionalmente, pela autora no sentido de remover umas das mais pesadas "pedras" dentre as muitas existentes no caminho dos educadores: a falta de material didático para o estudo de História local - no caso especificamente, a História dos municípios paraibanos.

Seu principal mérito consiste em ter enfrentado um tema inusitado (quase exótico) muito pouco examinado até agora, por historiadores (professores e/ou pesquisadores), notadamente os brasileiros.

A "Pedra do Ingá" ou, mais precisamente, as Itaquatiaras do Ingá merecem toda atenção; afinal, além de ser um "mistério" a desafiar a imaginação dos que são minimamente curiosos, a pedra no caminho do Ingá tem sido apontada como uma possível solução para os graves problemas econômicos que dificultam a vida da população local.

O texto, com certeza, apresenta falhas; à maioria delas decorre, no entanto, de obstáculos de difícil superação que se apresentaram para a sua elaboração, conforme relata a própria autora.

Prevalece, porém, o valor de contribuição que sua leitura (tão crítica quanto deve ser) pode dar ao estudante e principalmente, ao professor de história na e da Paraíba. Por este motivo o NDIHR enacampou sua publicação nos Textos NDIHR; a tiragem é restrita porque o NDIHR valeu-se da possibilidade material ensejada pelo fato de ter recebido as cópias da autora concorrendo com a reprodução das ilustrações e com a encadernação. Se houvesse recursos suficientes tiragens maiores deste e de outros textos como este seriam colocados à disposição dos estudantes, dos professores e de todos os interessados em conhecer História, que poderiam assim, trilhar caminhos menos pedregosos.

Joana Neves. 05/1991
Pesquisadora do NDIHR e
Orientadora da monografia

INDICE

APRESENTAÇÃO	05
CAPITULO I - PEDRA DO INGA OU INGA DA PEDRA	08
I.a - A origem Histórica do município	08
I.b - A origem das Itaquatiaras	13
I.c - A origem das inscrições	13
CAPITULO II - O QUE SE SABE DO MONUMENTO	17
II.a - A versão Alienigenista terrestre	18
II.b - A versão Autoctonista	20
II.c - A versão Alienigenista extraterrestre	26
CAPITULO III - O CONHECIMENTO DAS ITAQUATIARAS DENTRO E FORA DO INGA	31
CAPITULO IV - O MONUMENTO: REPRESENTAÇÃO PARA OS INTELLECTUAIS E PARA A POPULAÇÃO DO INGA	40
IV.a - A representação social das Itaquatiaras para o intelectual	41
IV.b - A representação social das Itaquatiaras para a população do Ingá	45
CAPITULO V - INGA: TURISMO X PRESERVAÇÃO	53
CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
BIBLIOGRAFIA	64
ANEXOS	68

A P R E S E N T A Ç Ã O

O presente estudo reporta-se às Itaquatiaras do Ingá, ou à popularmente conhecida "Pedra do Ingá". O sentido de ter este monumento como objeto de estudo, sendo efetuado ao mesmo tempo de forma descritiva e analítica, se dá pela necessidade de tentar desenvolver um maior conhecimento acerca deste sítio arqueológico, sua origem e significado, tendo como base o que diz a ciência e o que pensam homens do século XX a respeito do mesmo.

Observamos o fato de que na América do Sul os estudos arqueológicos ou mesmo antropológicos se reportam enfaticamente, para não dizer exclusivamente, à região dos Andes - sítios pré-colombianos incaicos e pré-incaicos - permanecendo o restante do continente incipientemente valorizado; daí o interesse em enfatizar e refletir acerca do que se sabe sobre este monumento e a representação que se faz do mesmo hoje.

No território brasileiro, a pesquisa arqueológica, baseia-se na coleta e exame do material lítico dos sítios, procurando trazer como resultado a definição com relação à datação e à origem dos primeiros povos que aqui viveram. Neste sentido estão catalogados inúmeros sítios e grutas, tendo as suas ocorrências registradas em maior número nos Estados de Minas Gerais, Bahia, Piauí e Paraíba.

No caso específico da Paraíba é notório a abundância de material lítico, pictográfico, ideográfico, rastros de animais da pré-história, entre outros registros, que afirmam a presença ou a passagem de indivíduos com um grau cultural evoluído que, em tempos longínquos, gravaram sinais ou mensagens que podem reunir valiosas informações sobre a vida e os costumes dos homens antigos.

Procuramos estudar o monumento em suas implicações para o presente, tentando desta maneira desenvolver, como cerne da proposta de estudo, a reflexão acerca do seu valor histórico e sobre a perspectiva da conservação e divulgação do monumento. São várias as hipóteses, acerca da origem das inscrições, defendidas dentro ou para além do conhecimento empírico; não cabe aqui determinar qual a versão definitiva, ou mesmo, a que mais se aproxima da realidade na qual foram esculpidos os referidos petroglifos.

Para tanto nos apoiamos na observação do Prof. Antero Pereira Junior quando afirma que:

" (...) embora a sua origem seja ainda presa do mistério, a sua presença é uma afirmação, é argumento valiosíssimo e anteposto à teoria dos que a negam ... ela é um documento lavrado em pedra, é uma credencial legítima da cultura da gente que a insculpiu." (01)

A escolha deste objeto de estudo, se deu a partir da minha participação no "Projeto de Resgate do Processo Histórico/Cultural dos Municípios Paraibanos" do Instituto de Desenvolvimento Municipal e Estadual vinculado ao Gabinete do Planejamento e Ação Governamental do Governo do Estado da Paraíba. Este projeto tem como objetivo

resgatar o processo histórico dos municípios, enfatizando a importância da preservação do patrimônio e do seu valor histórico a nível estadual e nacional.

O projeto teve efetivação inicial no município de Ingá onde foi desenvolvido todo um trabalho de pesquisa a partir das técnicas usuais de levantamento e sistematização de documentos, somado ao trabalho de campo que constou do preenchimento de formulários e da aplicação de questionários e entrevistas com pessoas ou grupos sociais chave (2).

De posse deste material procedemos à pesquisa bibliográfica nos clássicos da história paraibana e em livros específicos acerca do assunto, como também em revistas especializadas em arqueologia e antropologia.

Compondo o estudo temos no primeiro capítulo a demonstração descritiva acerca da origem histórica de três elementos distintos, quais sejam, as Itaquatiaras, as inscrições rupestres e a história da ocupação e formação do município, levantando a reflexão sobre uma possível identidade entre eles. No segundo capítulo é realizado o levantamento do que se sabe sobre o monumento, ou seja, as diversas versões que abordam a origem e o significado do sítio arqueológico, defendidas pelos estudiosos do mesmo.

Em seguida procuramos fazer uma avaliação acerca do conhecimento e importância das Itaquatiaras tanto para a população do município como para fora deste; neste sentido desenvolvemos uma análise de depoimentos de moradores do Ingá e de estudantes dos cursos de História e Letras da Universidade Federal da Paraíba em João Pessoa.

O quarto capítulo versa sobre o discurso de estudiosos do monumento com relação à apropriação que os mesmos fazem não só do conhecimento produzido, mas do próprio material lítico do estudo (3); como também uma apreciação na maneira como a população do município apreende o monumento na relação direta com o seu cotidiano.

Prosseguindo fazemos uma relação sobre a atual realidade sócio-econômica do município e apresentaremos o turismo racional como uma forma de conscientização cultural e redenção econômica do município.

Concluindo procedemos uma reflexão acerca da distinção entre o conhecimento científico e o especulativo, procurando enquadrar os estudos desenvolvidos pelos intelectuais com relação à Pedra do Ingá; ressaltando por fim a importância do sítio arqueológico enquanto depositário de um enigma, considerando a necessidade de compreensão e respeito frente ao desconhecido.

NOTAS

- 01 - cf. PEREIRA JR. Antero Itaquatiaras. in. Revista do Arquivo Municipal do Estado de São Paulo. Volume XV. SP. 1943. pg. 143.
- 02 - Foram os seguintes os grupos sociais-chave: - os professores da rede Estadual e Municipal de ensino no município; - os agricultores da zona urbana e rural do município; - parte dos representantes políticos do município: ex-prefeitos e atual prefeito.
- 03 - Estes materiais líticos seriam aqueles objetos encontrados nos arredores do sítio arqueológico, por exemplo: restos cerâmicos, machados, ossadas, entre outros.

CAPÍTULO I - PEDRA DO INGÁ OU INGÁ DA PEDRA?

Inicialmente trataremos uma questão pertinente ao estudo, qual seja, a identificação de um trinômio: A Pedra, as inscrições e a história do município onde fica o sítio arqueológico, na tentativa de perceber a interligação ou não destas três esferas que compõem o objeto do estudo.

Será a tentativa de responder a questões que se referem à história da Pedra, à história das inscrições e à história do município: seriam três histórias diferentes? estariam as histórias relacionadas e dependentes entre si? como deveria ser caracterizada a relação entre elas - a Pedra do Ingá ou o Ingá da Pedra?

I.a. - A origem histórica do município.

O município do Ingá, localizado no chamado Agreste Paraibano, em pleno Planalto da Borborema, foi inicialmente um espaço ocupado por mata nativa que aos poucos foi desaparecendo pela ação e domínio do homem sobre a natureza, na luta pela expansão do espaço agro-pastoril, do cultivo de cereais, de algodão e dos campos para a criação (1).

O município é cortado por inúmeros rios e riachos, sendo o maior e mais importante o rio Bacamarte, também conhecido como o rio Ingá, afluente da margem esquerda do rio Paraíba e que está intimamente ligado a história da cidade, pois foi através dele que se deu o adentramento do conquistador no Estado.

A história do município, em sua ocupação anterior ao homem branco, é ainda desconhecida; pouco se sabe sobre a vida do homem neste espaço. O que se sabe, ou se tem notícia, nos vem através de dados existentes a partir do período da conquista européia - e mesmo estas se apresentam de forma controvertida. Por exemplo, segundo o historiador Horácio de Almeida:

" Toda a caatinga litorânea era terra desocupada ... pelo menos assim foi encontrada na época da conquista. Nenhuma aldeia por aquelas bandas, nem mesmo do Ingá." (02)

Porém, baseado em estudos arqueológicos, Balduino Lélis (03) estudioso das Itaquatiaras e da ocupação nativa naquela área - afirma que os conquistadores europeus ao chegarem à área, hoje ocupada pelo Ingá, estabeleceram contatos com os nativos ali fixados - os Cariri da tribo Sucurú. Afirma ainda que foram encontrados materiais arqueológicos nas proximidades do rio Ingá (cerâmica e cemitérios indígenas), que são anteriores à presença dos Cariri, já que se tratam de fragmentos de cerâmica comprovadamente de época anterior a este grupo indígena, estando inclusive comprovado que os Cariri não conheciam a fabricação da cerâmica.

Outra versão, que confirma a presença dos nativos na região, se dá pelos estudos realizados por Luís Nunes Alves (04) edi-

tados em poema, os quais se referem à presença e grandiosidade da nação Cariri, que segundo ele, se estendia do Estado da Bahia até ao Maranhão e especificamente na região do Piemonte da Borborema e adjacências - " de Campina a Orobó ", ou ainda, comprovadamente, segundo Frei Vicente Salvador (05), quando afirma que havia na Serra da Capoaba, 50 aldeias de índios que à época da colonização deram muito trabalho para serem vencidas pelos brancos.

Pelo material de pesquisa coletado: bibliografia e depoimentos, a conclusão mais provável a que podemos chegar seria a de que este espaço geográfico, chamado de Agreste, bem como todo o Estado da Paraíba, teria se constituído a partir da atuação de comunidades primitivas - indígenas - (mapa 01) e posteriormente pelos conquistadores portugueses.

A ação do homem branco na conquista e ocupação da área estudada deu-se através das expedições exploradoras - as bandeiras - como a registrada em 1599, organizada pelo terceiro governador da Capitania Real da Paraíba - Feliciano Coelho de Carvalho - ocasionando o primeiro contato de que se tem notícia entre o homem branco e os nativos desta área, feita através do caminho das águas, ou seja, através do rio Paraíba e seu afluente, o rio Ingá. (mapa 02).

Para maior compreensão da colonização nesta área, faz-se necessário a apreensão do processo de conquista e colonização do Agreste Paraibano. Dois fatores foram importantes para que o mesmo se desse de maneira lenta e dificultosa. A primeira refere-se à própria topografia da área composta por um relevo acidentado e pela existência de uma floresta densa. O segundo fator se deu pela resistência dos indígenas paraibanos à penetração do homem branco nos sertões, culminando com a Confederação dos Cariris, que lutou durante mais de dez anos. Segundo Marcos Odilon:

" Após redobrados esforços das forças lusitanas, sofreram derrota, que, segundo alguns historiadores, resultou em massacre indiscriminado (...) tendo o comando da família Oliveira Ledo, liderada por Teodósio, fundador da cidade de Campina Grande (...), uniu contra os brancos todas as tribos Tapuias, Cariris, Januí, Paiacus, Icós, Coremas, Ucurús e Pegas." (06)

A causa para este conflito foi a ameaça à posse das terras ocupadas pelos indígenas, que era a própria razão da existência da comunidade e que, com o advento do homem branco, sofreu as consequências de uma colonização que procurava integrar a colônia no circuito do mercado europeu.

Estabelecida a conquista das terras o homem branco inicia o processo de colonização ou ocupação desses espaços, seja através da expansão da cultura canavieira no litoral, seja da pecuária e/ou da produção da lavoura de subsistência adentrando o interior da capitania.

O Agreste, em particular, devido ao clima, às pastagens favoráveis e à posição de intermediação entre o sertão e o litoral,

torna-se favorável ao criatório, indo se constituir ideal para a pousada de tropeiros e vaqueiros, promovendo desta forma o desenvolvimento de vários núcleos de povoamento.

A povoação do Ingá se deu efetivamente a partir do século XVIII, através das pousadas à margem do rio Ingá, sendo o primeiro aglomerado propriamente dito o denominado de Bacamarte. A partir daí se constituiu um núcleo de povoamento com a instalação de pequenos sitiantes e grandes criadores de gado, tais como, entre outros, Francisco Arruda, Cosma Leitão e Manuel da Costa Travassos que, após fixar residência na área (1789), construiu em sua propriedade uma capela dedicada à Nossa Senhora da Conceição, em torno da qual se formou um povoado que hoje corresponde territorial e historicamente à sede do município.

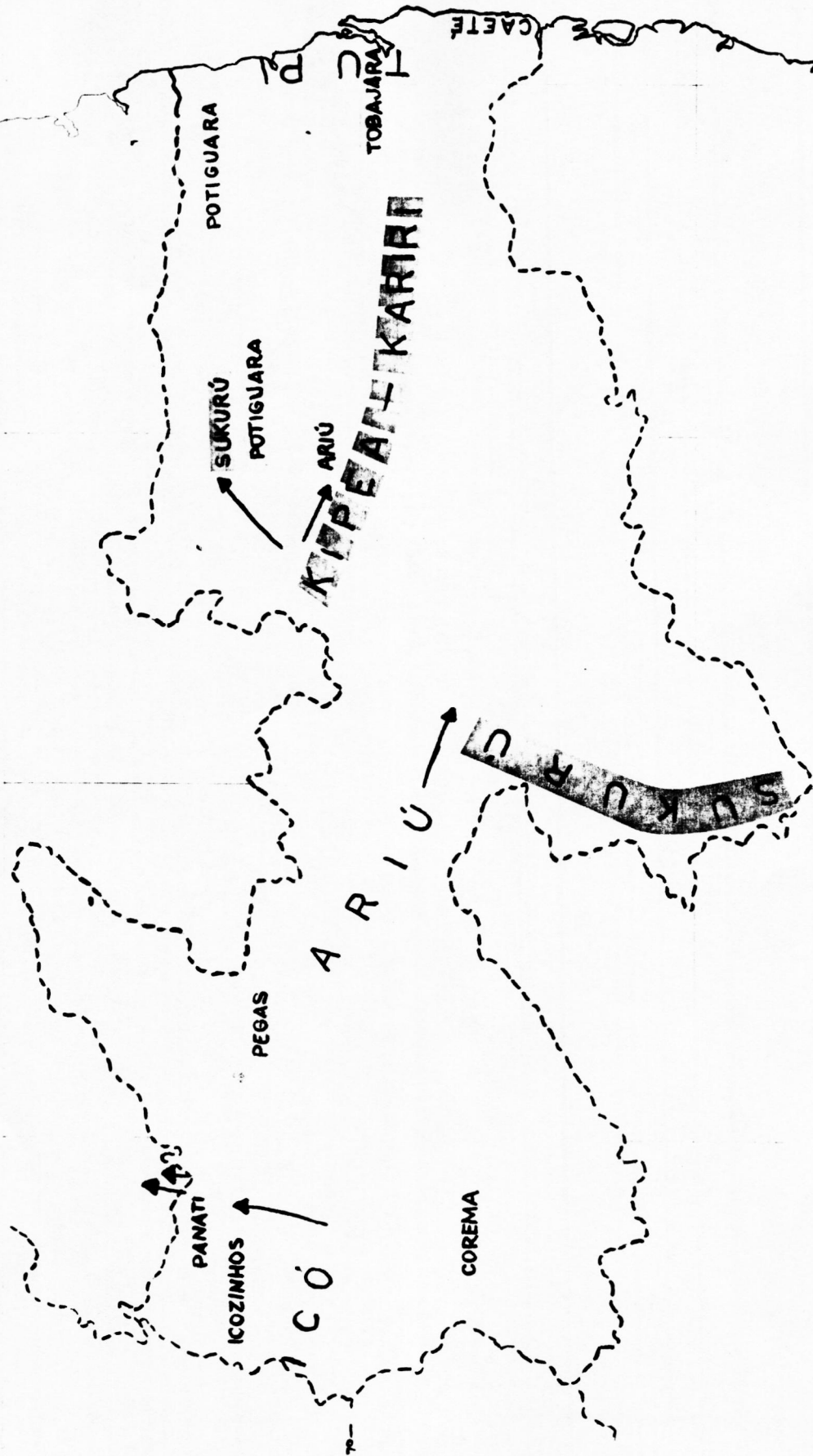
Com o desenvolvimento, o povoado, em 1840, é elevado à categoria de vila - Vila do Imperador - tendo no ano seguinte adquirido a condição de Freguesia. Só em 1846 é que o povoado passou a chamar-se Vila do Ingá definitivamente.

A alusão ao nome Ingá, segundo Coriolano de Medeiros tem procedência indígena e significa "cheio d'água", em referência ao rio que corta a área junto com inúmeros riachos que descem a Borborema rumo ao Paraíba. No entanto, a versão para este nome, dado pelos populares, reporta-se à presença de enormes ingazeiros - planta nativa da região - que serviam de ponto de encontro ou de descanso para os tropeiros, mascates e outros; pela freqüência desta identificação "... o jeito foi escrever Ingá com I maiúsculo." (07)

A história do município é traçada em consonância com o seu desenvolvimento econômico, que vai desde a ocupação dos nativos, passando pela exploração dos homens brancos europeus, até a consolidação do capitalismo. O perfil econômico que caracteriza o município pode ser traçado a partir do trinômio - agricultura de subsistência, pecuária e algodão, tendo como base uma economia exógena. Porém apesar, ou mesmo pelo fato do município estar inserido no espaço agreste, que aos poucos se integrou ao mercado capitalista, é notória a extrema miséria da maioria da população, tendo o Ingá curtos períodos de desenvolvimento econômico seguidos por outros de letargia, sendo estes de maior duração. (08)

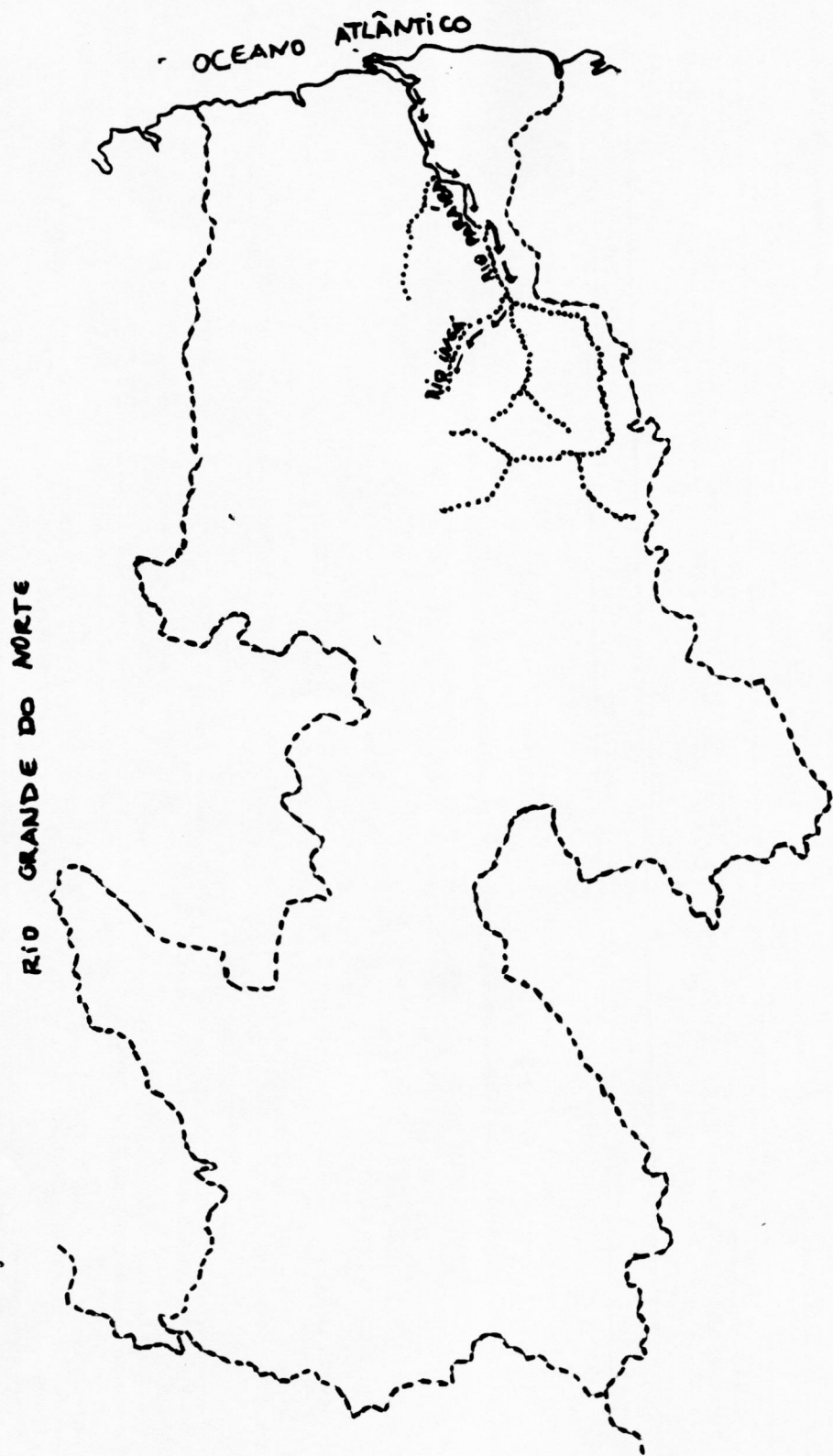
MAPA 1

1/5
DISTRIBUIÇÃO DAS COMUNIDADES INDÍGENAS



FAMILIAS INDÍGENAS
ARIU
SUKURU
KARI

1/5 - DISTRIBUIÇÃO DAS COMUNIDADES INDÍGENAS - 1970
Escala: 1:50.000



MAPA 2

PERNAMBUCO

I.b. - A origem das Itaquatiaras.

Quanto às Itaquatiaras, ou simplesmente rochedos, elas compõem a própria formação do relevo nesta região. Ficam situadas no chamado Planalto da Borborema, comumente caracterizado pelos geógrafos como o acidente de relevo mais importante do Estado da Paraíba (09) e que é um maciço formado de rochas e terrenos cristalinos muito antigos (pré-cambrianos), que tomam forma de morros, serras e cristas.

As Itaquatiaras do Ingá são rochas de forma tabular, com composição mineralógica semelhante aos granitos; caracterizam-se por apresentarem-se com tamanhos bem desenvolvido e situadas ao longo do leito do rio Ingá.

I.c. - A origem das inscrições.

A história das inscrições rupestres, as quais se encontram esculpidas nas Itaquatiaras, tem sido, até hoje, motivo de questionamento para aqueles que as tem estudado.

O painel apresenta figuras de vários aspectos em linguagem ainda não decifrada o que torna difícil conjecturas a respeito da sua origem. Existem várias correntes de pensamento a respeito da provável autoria e conseqüente origem das gravações líticas, entre elas: trabalho de nativos da região, elaboração de habitantes de outras culturas e mensagem de extra-terrestres; porém nenhuma dessas versões foi até hoje tomada como oficialmente definitiva nos meios científicos.

As Itaquatiaras do Ingá formam um conjunto histórico-arqueológico caracterizado como um monumento lítico. Localiza-se na fazenda Pedra Lavrada, no município do Ingá, ficando a 3 Km da sua sede, compõe-se de uma série de blocos de gneiss na base do Planalto da Borborema; o bloco principal mede 24 M de comprimento por 3,8 de altura dividindo o rio do mesmo nome em dois durante o inverno, sendo que no verão o rio corre por trás dos blocos com inscrições. As Itaquatiaras estão enquadradas como componente do patrimônio histórico brasileiro, sendo inclusive tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional. É considerado por muitos estudiosos como o mais importante monumento arqueológico do seu gênero no Brasil.

" (...) Lá nós temos a presença do maior monumento lítico da América do Sul, e Central, e Latina, eu vou repetir ... o maior monumento arqueológico da América do Sul e Latina (...) Para efeito de pré-história da América do Sul nada se compara com a Pedra do Ingá, dado a perfeição com que foi trabalhada a pedra; dado a forma com que foram impressos aqueles sinais (...) " (10)

As primeiras notícias acerca do conhecimento da existência

das Itaquatiaras estão registradas no relatório de viagem de Feliciano Coelho - à época governador da Capitania Real da Paraíba - em 1599, quando da bandeira exploradora organizada por ele em perseguição aos índios Potiguaras e que marca o primeiro contato do homem branco com as terras do município do Ingá. Ao subir o rio Paraíba a bandeira chegou à confluência do rio Ingá, seguiu o seu curso e deteve-se no lugar hoje denominado Pedra Lavrada, onde estão os famosos petroglifos.

Do relatório de viagem consta a descoberta de grandes pedras com letreiros indecifráveis, no leito de um afluente do rio Paraíba. Não há nenhuma referência clara ao lugar exato onde ficavam as referidas pedras, porém como não existe nenhum outro afluente do Paraíba com material desse tipo, tudo faz crer que se trata realmente do território hoje integrante do município do Ingá.

Ainda em 1618, Ambrosio Fernandes Brandão (Brandônio), segundo o seu "Diálogo das Grandezas do Brasil", afirmava ter "visto nas suas andanças pelos sertões, sinais feitos artificialmente nas pedras que acompanhavam a serra da Capáoba." (atualmente Serra da Raiz).

Quanto à datação da origem do sítio arqueológico, que poderia trazer luz à questão de sua própria história, desenvolvem-se tentativas desde suposições relacionadas com a autoria de quem as escreveu (povo pré-histórico, ondas migratórias de outros continentes, etc.), até a aplicação de técnicas arqueológicas, como: escavações, datação pelo carbono radioativo (C.14), termoluminescência, entre outros.

Porém a aplicação de algumas delas não se mostram muito promissoras quanto aos resultados. No caso das escavações tem-se dificuldade pelo fato da posição do material pesquisado, devido à sua ligação ao leito rochoso do rio. No que se refere à datação pelo C14 ou a termoluminescência, que seria uma técnica química utilizada sobre os resíduos de material orgânico, sobre restos de artefatos de cerâmica eventualmente coletados no local - os resultados não levariam necessariamente à certeza de que este material teria sido produzido no mesmo período em que foram esculpidos os petroglifos. Como consequência destas dificuldades fica o questionamento, até hoje sem resposta, com relação à origem histórica das inscrições.

Fica evidente, pelo exposto que as Itaquatiaras não têm relação direta com a história da conquista e da povoação do município do Ingá, já que o povoamento se deu independente da existência da pedra.

Cada uma das três esferas estudadas tem uma origem diferente:

- a. A pedra como componente da formação geológica daquele espaço, com existência anterior as inscrições e à ocupação do município, existindo como as demais rochas formadoras do leito rochoso do rio Ingá.
- b. As inscrições com uma história própria, também anterior à formação do Ingá e tendo a sua existência como

fator não determinante da ocupação, seja nativa, seja branca, do município. Estando até hoje como um objeto enigmático não desvendado, o qual efetivamente não podemos caracterizar por falta de dados, como símbolo que diga referência cultural àquela área.

- c. Quanto ao município, a sua ocupação e desenvolvimento se deu posteriormente e independentemente do monumento lítico. Poderíamos considerar que o rio Ingá, este sim, teria exercido influência na sua história enquanto elo de ligação com outras comunidades ou como fomentador da fixação do homem na área; o fato porém, de existência das Itaquatiaras com inscrições rupes-
tres em seu leito não comprovam, por si só, uma relação latente entre os mesmos no que se refere às suas origens.

Percebemos que com o desenvolvimento histórico do município, a relação entre estes elementos passa a existir na referência espacial, ou seja, o Ingá como espaço onde se localiza o sítio arqueológico e o sítio arqueológico localizado no Ingá. Hoje então, existe uma identidade que se tornou difícil distinguir: A Pedra do Ingá ou o Ingá da Pedra? Como definir?

A relação que se estabelece é hoje de quase dependência; podemos assim dizer que, um elemento torna-se referência para o outro.

NOTAS

- 01 - cf. JOFFILY. Irineo. Notas sobre a Paraíba Fac-símile da primeira edição, publicada no Rio de Janeiro em 1892. Brasília. Thesouro. 1977 pg. 129-130.
- 02 - cf. ALMEIDA. Horácio de. História da Paraíba João Pessoa. Universitária/U.F.Pb. 1978. pg. 75.
- 03 - cf. depoimento gravado em 05.09.90 em entrevista para a pesquisa, pela equipe do CEHC - IDEME.
- 04 - cf. ALVES. Luis Nunes. História da Paraíba em Versos Fortaleza. BNB. 1984. pg. 71.
- 05 - cf. SALVADOR. Frei Vicente. História do Brasil Terceira edição. São Paulo. Melhoramentos. 1931. pg. 143.
- 06 - cf. ODILON. Marcos. Pequeno dicionário de fatos e vultos da Paraíba. Rio de Janeiro. Cátedra. 1984. pg. 67.
- 07 - cf. trecho de um poema de D.Maria de Jesus Pinto - moradora do município.
- 08 - A propósito, ver trabalho monográfico de Rossana Sorrentino - Troca-se ouro branco por capim. U.F.Pb. Departamento de história. 1990.
- 09 - Atlas Geográfico do Estado da Paraíba. João Pessoa. Grafset. 1985. pg. 26 - 28.
- 10 - Idem nota 03.

CAPITULO II - O QUE SE SABE DO MONUMENTO

Neste capítulo procuraremos de forma descritiva expor o conhecimento que se tem, até o presente, acerca do monumento lítico do Ingá em seu conjunto.

Decidimos pela apreciação do sítio arqueológico como um todo, ou seja, as Itaquatiaras e as inscrições por dois motivos:

- Primeiro, porque entendemos que apesar de origens distintas (como exposto no capítulo anterior), a sua avaliação ao longo dos estudos até hoje feitos, seja entre os estudiosos, seja no meio popular, são caracterizadas pela união das duas partes.
- Segundo, é notório que as pedras por si só estariam reduzidas à composição natural da área, ou seja, comporiam um quadro comum: um rio em seu curso normal ladeado em suas margens por rochedos. Ainda justificando esta argumentação, temos o fato de que há anos atrás (1953) os blocos de pedras que compunham aquela área estavam sendo reduzidos a paralelepípedos para a pavimentação da sede do município, quando, segundo o Prof. L. Clerot. (01), foi evitada uma destruição maior, que já beirava a área das pedras com inscrições, pela intervenção da Sociedade Paraibana de História Natural e pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Constatamos, em loco, durante a pesquisa, que o pedregal continuou a ser destruído em áreas adjacentes ao monumento, ficando apenas este, livre de uma depredação tão direta; este fato demonstra que o valor das Itaquatiaras é dado pelo seu conjunto com as inscrições.

Partindo destas considerações iniciais, traçaremos a seguir a exposição das diferentes versões acerca da autoria e significado do monumento rupestre do Ingá, partindo das avaliações consideradas mais eruditas; em capítulo posterior (Cap. 04) teremos oportunidade de observar o que pensa ou sabe a respeito da Pedra os moradores do município.

Podemos dividir o estudo das Itaquatiaras, até hoje desenvolvido em três correntes distintas:

- II.a. - Os alienigenistas terrestres - que atribuem a autoria do monumento a povos pré-históricos de outras nações e culturas.
- II.b. - Os autoctonistas - que atribuem a autoria ao trabalho dos nativos da região.
- II.c. - Os alienigenistas extra-terrestres - que atribuem a autoria do monumento por extra-terrestres, que historiaram aspectos de sua passagem pela terra.

II.a. - Os alienigenistas terrestre

Nesta corrente destacam-se principalmente os estudiosos estrangeiros e alguns brasileiros. A argumentação que afirma esta interpretação é baseada no fato de que os povos antigos detinham um conhecimento bastante desenvolvido que somado ao espírito aventureiro marítimo e terrestre proporcionou o aporte, acidental ou intencional, em outros continentes a começar do período Paleolítico.

No caso do Ingá, a rota para estes alienígenas de outras civilizações teria se dado através da foz do rio Paraíba, em Cabedelo, seguindo o curso normal até o seu afluente - o rio Ingá - que segundo teoria corrente, deveria, a esse tempo, ter sido um rio bem maior do que é hoje. (mapa 01).

A comprovação desta teoria, estaria, justamente, nos registros encontrados em pedras, papiros e pictogramas distribuídos em vários pontos. Os alienigenistas admitem a confecção dos petroglifos por navegadores hebreus, fenícios, estrucos, egípcios, gregos, incas entre outros.

Um dos expoentes que defendem esta teoria é o Prof. Gilvam de Brito; ele afirma:

"Paumilhando pelo limitado campo do conhecimento empírico, vamos dizer que apoiamos as hipóteses dos estudiosos que apontam habitantes de outras latitudes ou longitudes distantes como os autores das inscrições rupestres de Ingá. Os indo-europeus, africanos e polinésios tinham conhecimentos que até hoje nos surpreendem (...) Essa sabedoria foi registrada em pedra, papiros, tabuinhas, ou pela linguagem oral, materializada em traços simples, ideografias, impressões pictográficas e signos alfabetiformes, agrupados ou insculpidos, revelando a inteligência de seus autores." (02)

Para o escritor e cronista paraibano Antonio V. Freire, também defensor desta corrente:

" Os labores do Ingá não foram insculpidos por um índio qualquer, são produto de civilizações alienígenas aportadas aqui em épocas remotíssimas." (03)

Uma argumentação que no entender dos estudiosos justifica esta versão seria a coincidência de certos caracteres entre as escrituras dos povos antigos de outros continentes com os glifos encontrados no monumento de Ingá, vejamos:

Segundo o arqueólogo Bernardo de A.S. Ramos (04) os símbolos do Ingá trazem algumas coincidências com os símbolos paleográficos gregos. Já os pesquisadores franceses L. Pauwels e J. Bergier afirmam, depois de estudos comparativos, vários pontos em comum entre as inscrições do Ingá e os glifos do Egito antigo (05).

O jornal O Norte, em 21/08/77, traz o resultado da visita do professor egípcio Fath Schea ao monumento arqueológico onde ele conclui que dentre os glifos ingaenses consta um mapa que reproduz claramente o rio Nilo, e ainda outros símbolos que se assemelham a hieroglífica faraônica.

Há estudiosos que se adiantam a defender uma tradução a respeito dos litóglifos; uma das mais conhecidas e não menos polêmica, surgiu ainda no século XIX, no fim da primeira metade do mesmo. Segundo esta tradução, os que a defendem, afirmam sua autoria aos fenícios que estariam contando viagens dos Cananeus de Sidon - habitantes localizados entre o Mar Vermelho e o Mediterrâneo - que desenvolviam intensa atividade navegadora. Os glifos do ingá traduziriam o seguinte:

"Somos filhos de Canaã, de Sidom, a cidade do rei. O comércio nos trouxe a esta distante praia, uma terra de montanhas. Sacrificamos um jovem aos deuses e deusas exaltados no décimo nono de Hiram, nosso poderoso rei. Embarcamos em Ezion-Geber no mar Vermelho e viajamos com dez navios. Permanecemos no mar juntos por dois anos, em volta da terra pertencente a Ham (Africa), mas fomos separados por uma tempestade e nos afastamos dos nossos companheiros e assim aportamos aqui, doze homens e três mulheres. Numa nova praia que eu, o almirante, controlo. Mas auspiciosamente possam os exaltados deuses e deusas intercederem a nosso favor." (06)

Esta tradução, gerou uma polêmica não só com relação ao que ela representa em seu conteúdo mas também à sua possível autoria, já que ela surgiu sem que ninguém comprovadamente a assumisse. Vejamos algumas contestações:

Em depoimento à Revista de História o professor Geraldo Joffily rejeita a tradução, partindo da afirmação de que o autor foi Ladislau de Sousa Melo Neto, Dr. em Ciências Naturais pela Sorbone, conhecedor do hebraico e possuidor de noções de escritas fenícias - grande defensor das navegações fenícias pelas costas americanas. Segundo o Prof. Joffily ele

" (...) Poderia ter planejado o aparecimento de um texto, tentando afirmar com documentos falsos a sua obstinada teoria sobre os fenícios nas costas do Brasil." (07)

Já o museólogo B. Lélis afirma enfaticamente ser ela uma carta cuja autenticidade não esta comprovada:

" (...) isto tudo é fantasia, aquilo era apócrifo, foi criado pelo Pedro II, decididamente pelo Pedro II, pois o próprio Ladislau Neto - diretor do Museu Imperial - que publicou inicialmente a "história", confessou a verdade:

ele disse que foi reconhecido que havia sido enganado, que aquilo era uma carta de uma alta personalidade da Corte (...) a única pessoa que tinha na Corte condições de fazer uma carta, colocando caracteres proto-fenícios era o Pedro II; que além de ter feito egiptologia tinha conhecimento e manejo de pesquisas recentíssimas feitas pelos arqueólogos na Europa (...)" (08)

Pelo exposto percebemos um ponto em comum, que é a figura do Prof. Ladislau Neto; a razão da freqüente alusão à ele é por ter sido o mesmo que, no início da década de 1870, apresentou a referida tradução afirmando te-la recebido de outrem.

Atualmente um dos defensores desta tradução é o Prof. Cyros Gordon - do departamento de Estudos Mediterrâneos da Universidade de Brandeis (Massachusetts, U.S.A.) que em 1967; segundo o Prof. Jofily

" Analisou o texto apócrifo sem procurar informar-se de todos os detalhes acerca do seu achado, chegando a conclusão de que a inscrição era autêntica e teria sido rejeitada, porque alguns caracteres ali constantes só teriam sido conhecidos em 1870. " (09)

Esta afirmação do pesquisador americano teve larga divulgação nos meios científicos internacionais.

Para aqueles que negam a versão alienigenista para a confecção dos glifos ingaenses, soma-se a argumentação de que as diferenças entre os símbolos insculpidos na pedra com a escrita de qualquer outra civilização são bem mais numerosas do que as semelhanças; e que não existe até o momento nada ou nenhum material arqueológico comprobatório encontrado no local, que prove ou explique o mistério presente em Ingá.

II.b. - Os autoctonistas

A corrente autoctonista da mesma maneira que a alienigenista-terrestre, encontra-se dividida em várias versões - que divergem quanto a autoria específica (qual grupo indígena), a data e o significado dos petroglifos - porém atestam enfaticamente à autoria dos aborígenes.

Inicialmente detectamos os estudiosos que advogam serem as inscrições arte de várias gerações de índios, não contendo nenhum valor etnográfico e tão pouca significação simbólica. Entre eles estão o geólogo brasileiro Dr. Luciano Jaques de Moraes, que justifica sua conclusão assim:

" Da mesma sorte que o indígena, em horas de ócio, se arma dum pedaço de carvão e traça, nas paredes de sua choupana, figuras das mais

multiformes, assim também o aspecto do paredão liso numa rocha o tenta ao exercício numa arte infantil. Em vez do pedaço de carvão, serve-se numa pedra aguda e esboça um desenho qualquer. Tempos depois um outro indígena passa pelo mesmo lugar, fere-lhe a vista a figura traçada na superfície escura da rocha e, obedecendo ao instinto de imitação, pega numa pedra e brincando, vai aprofundando os contornos do desenho original. Outro indígena segue seu exemplo e assim por diante, cada vez mais se pronunciam os sulcos e, pouco a pouco, talvez, só depois de muitas gerações, chegam a obter a profundidade hoje tão admirada pela maioria dos investigadores e por eles considerados como resultado do trabalho prodigioso dum só indivíduo, ou atribuídos a um grau de cultura superior." (10)

Ou o etnólogo alemão T. Koch - Grünberg, que depois de pesquisa empírica entre os índios brasileiros concluiu:

" (...) serem as inscrições principalmente manifestações esportivas de um ingênuo senso artístico, e raras vezes, ou nunca possuem significação intencional (...) os sulcos não são produto de trabalho contínuo de um indivíduo e sim a co-participação sucessiva de muitos e talvez mesmo de gerações." (11).

Porém em contraposição a estas argumentações, o Professor Gilvan de Brito (12), considera que os índios que habitavam a região à época dos descobridores, viviam na Idade da Pedra Polida e que não se tem notícia de qualquer arte abstracionista de sua autoria, além do que, afirma o pesquisador, os nativos mostravam-se indolentes a um trabalho desta natureza, por este método acima defendido, a criação de um painel de 60 metros quadrados demandaria bem mais de 50 anos contínuos para a confecção dos glifos na rocha.

Uma outra versão autoctonista faz referência a uma antiga civilização aborígene que entrou em declínio após elevado estágio cultural e material e que as Itaquatiras seriam, então, o registro ou os vestígios materiais desta cultura. Um dos defensores desta versão é o historiógrafo Cloves Lima que considera que o monumento foi:

" firmado pelo povo, autoctome descendente de grande civilização ameríndia já em franca decadência, cujo povo teve o primeiro contato com os descobridores europeus (...)." (13).

Já o Engenheiro León Clerot, estudioso da arqueologia, etnografia e corografia na Paraíba afirma a autoria da Pedra Lavrada do Ingá aos índios Cariris que, segundo ele, parece indicar uma seqüência de idéias que seriam o testemunho de sua passagem e fixação naquela área. Afirma ainda que as inscrições teriam sido feitas com a utilização de madeira, como a seguir:

" (...) que eram constantemente molhados e imediatamente mergulhados na areia fina e , à guisa de lixa, esfregados firmemente contra a rocha, até obterem-se os sulcos que formam figuras (...) ." (14).

Esta hipótese de que as inscrições do Ingá foram confeccionadas pelos índios Carirís é reforçada pela Arqueóloga Gabriela Martin (15), que esposa a tese de que eles habitavam o Planalto da Borborema, na pré-história, sendo que o monumento tem uma significação mágico-religiosa.

Em entrevista pessoal para a pesquisa, o Prof. B. Lélis (16), defensor incontinentemente da versão autoctonista e pesquisador da área há décadas (desde 1951), apresenta conclusões que, segundo ele, se baseiam em provas documentais e arqueológicas da vida dos aborígenes através de materiais líticos, ou seja, pedras, machados, crânios entre outros, recolhidos na área, pelos quais pode-se comprovar a existência e presença de grupos indígenas naquele perímetro em período pré-colombiano, e ainda que se trata de um monumento religioso elaborado a partir do culto à fertilidade, com componentes claramente astronômicos. A seguir alguns trechos do seu depoimento:

- Quanto a origem.

" (...) Os índios que fizeram a pedra do Ingá, estes seriam inevitavelmente os primeiros (...), com base no que temos de informações arqueológicas eles realmente, os que fizeram a Pedra do Ingá, não estavam habitando ali naquele lugar, eles habitavam outro lugar ali na Serra do Bodopitá (...), depois viria a ocupação dos que fizeram cerâmica e a ocupação dos que não tinham cerâmica, que eram exatamente os tchucurus cirirís, que eram da época da ocupação (...) ."

- Quanto ao seu significado.

" (...) A única opinião científica que dou e me atrevo a dar: Ela é uma pedra votiva, uma pedra votiva, foi feita como se fosse um voto dado por alguém a alguma coisa; ou que ela teria sido um lugar de elocubração religiosa."

" (...) Itaquiara - a pedra das flechas pintadas, porque você vai encontrar dezenas de flechas pintadas, que decididamente não são flechas nenhuma, aquilo são figuras fálicas, femininas, dum culto à fecundação, o culto a procriação, e a Pedra do Ingá está intimamente ligada a este tipo de culto, de culto decididamente."

- Quanto a representação dos símbolos.

" (...) nela existe o conhecimento verdadeiro e inequívoco de astronomia, levando em consideração a base da Pedra do Ingá; tem uma constelação de Orion, além de uma tábua lunar que domina a parte superior da Pedra (...), nós temos ainda não só as estrelas, mas temos ainda os círculos concêntricos que não são nada mais, nada menos que a representação da nossa via láctea, de nosso sistema, e de outros que hoje nós já conhecemos através de telescópios moderníssimos."

Em alusão ao sentido astronômico acima citado, podemos somar as afirmações do Prof. Francisco C. P. Faria quando diz que os aborígenas do Ingá entalharam uma carta celeste em forma de registro, podendo ser caracterizado como uma peça documental de astronomia. Para o referido pesquisador é natural este teor das inscrições rupestres, já que a astronomia é a ciência mais antiga do planeta, tendo ocupado o homem desde a pré-história, pois era através dela que o homem se orientava em sua vida cotidiana: para medir o tempo, as estações, a atividade agrícola, etc.; e acrescenta que os símbolos astronômicos estão em toda parte no monumento:

" (...) No painel vertical são desenhos estilizados das constelações zodiacais, ou de outras, vistas em latitude local durante o ano (...), no painel superior horizontal há um agrupamento de traços que, ligados entre si, mostram as constelações de Peixe Austral e Grus, enquanto no painel horizontal inferior encontram-se registros que repetem os pontos das constelações de Orion e Cão Maior (...)."
(17)

Este pesquisador adianta-se afirmando que é perfeitamente possível a datação do monumento através de arqueoastronomia:

" (...) é viável obter a datação aproximada de uma pictografia desde que se assinale um evento astronômico notável, cuja época de ocorrência é conhecida. Parece-nos que certos glífos do Ingá sugerem uma figuração estilizada de Escorpião, ocupando uma situação equinocial - fato ocorrido entre 4300 a 2150 a.C." (18)

Depois de hipóteses comparativas o Engenheiro José Benício de Medeiros (19) expressa ponto de vista comum com o acima exposto. Ele afirma também a possibilidade de datação da origem do monumento partindo do desenho que representa a Constelação de Orion, tal como fora vista há 4.134 anos antes de Cristo. No desenho esquemático N° 01 elaborado pelo engenheiro, onde os pontos 8, 6 e 14 representam respectivamente os planetas Júpiter e Saturno alinhados, o que teria acontecido no momento em que a pedra estava sendo esculpida, e seguindo (figura 02) uma reprodução do painel estelar no leito seco do rio, com o qual se faz a comparação.

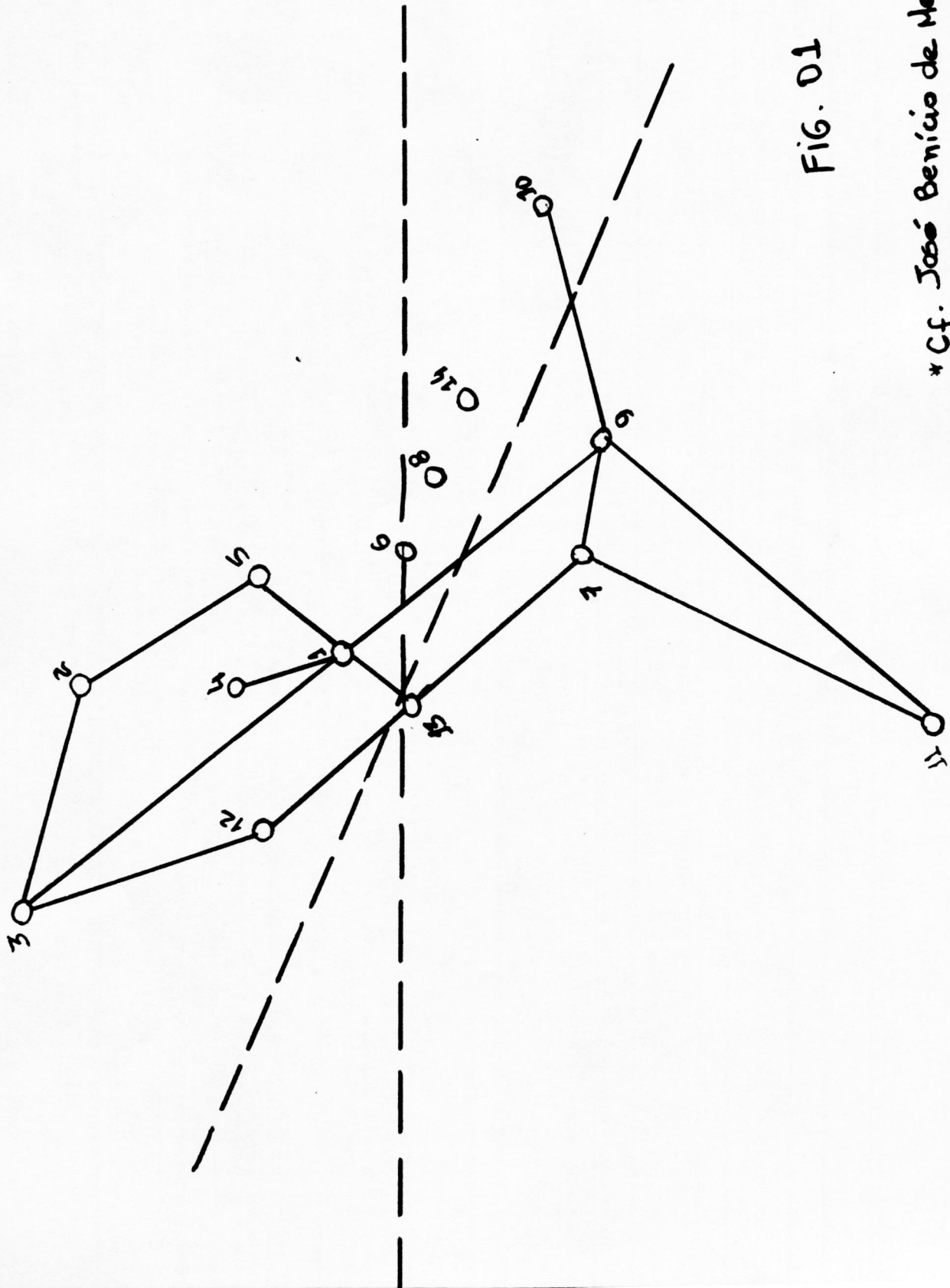


FIG. 01

* Cf. José Benício de Medeiros
 Boletim Informativo do Centro Brasileiro
 de Arqueologia . nº 04 . 1974

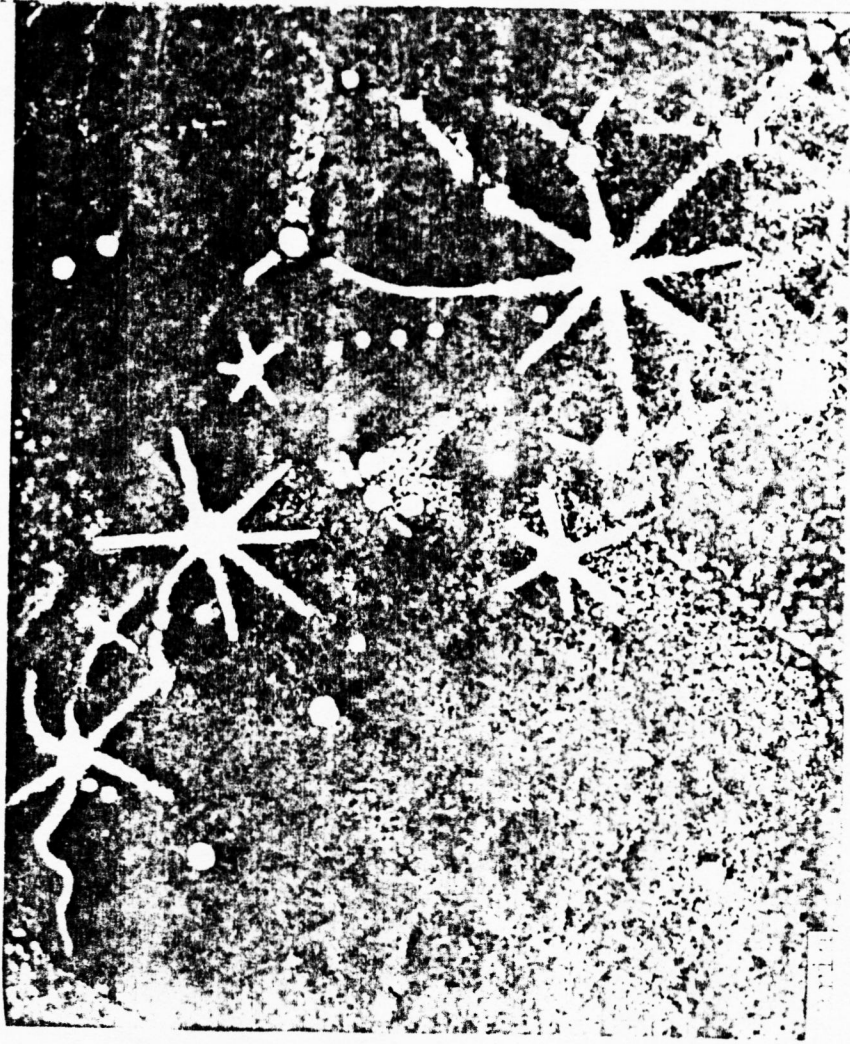


FIGURA 2

Itaquatiara do Ingá, painel estelar no leito seco do rio. Figurações estelares diferenciadas segundo diâmetros, números e comprimentos de raios.

Esta representação é compatível com a época em que Rigel (beta Orionis atual), era a estrela mais brilhante (alfa) de Orion.

Extraído do livro:

FARIA, Fco Pessoa. Os Astônomo-
mos pré-históricos do Ingá
S. Paulo. Ibrasa. 1987

Concluindo acerca da corrente autoctonista no que diz respeito àquelas idéias que a contestam, podemos observar primeiramente o questionamento acerca do grau de desenvolvimento cultural dos aborígenes nesta área, como de resto em todo Brasil, com relação aos seus instrumentos e suas técnicas usuais para um trabalho que tivesse como resultado um painel esculpido de maneira tão aprimorada e detalhista; questionamento também quanto a correlação rigorosa entre os glifos do Ingá e a convenção astronômica que fica obstada pela própria comparação com os símbolos da Pedra, onde em muitos casos é feita uma simetria por vezes forçada; e por fim pela escassez na própria bibliografia, e como já dito, do material arqueológico referente aos aborígenes.

II.c. - Os alienigenistas (extra-terrestres)

Esta é a corrente que mais polêmicas provoca, pois rompe com o pensamento clássico e com o tecnicismo materialista, que só admite questões prováveis, do seu ponto de vista. É como afirma Marc Ferro (20), explicando a história vigiada, que teria o Estado, o político e a própria sociedade promovendo censura e autocensura sob qualquer análise que possa comprometer a imagem que a sociedade quer dar dela própria, neste caso, a imagem de uma sociedade "normal", empiricamente comprovada dentro dos limites consensuais e livre das hipóteses "absurdas".

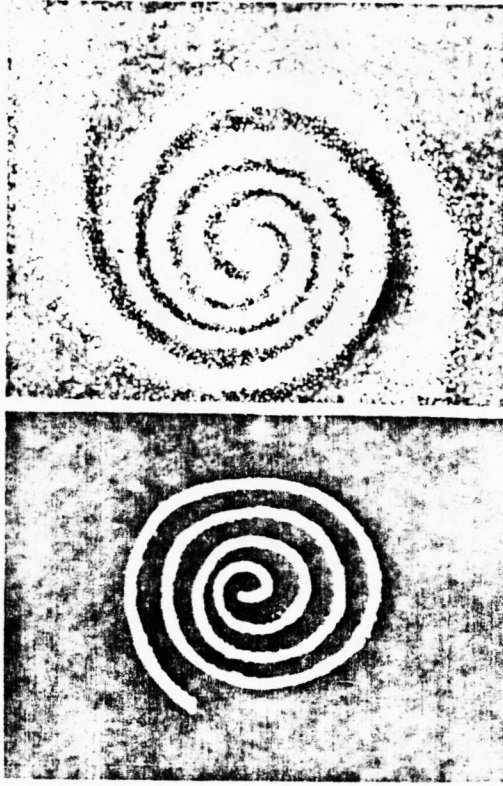
Ela é também a mais recente e podemos dizer que é mais uníssona pois parte da hipótese única, até o momento, de que os petroglifos do Ingá são provas materiais de contatos aborígenes com civilizações extraterrestres na Pré-História. Servindo de base para esta versão estão os postulados de Marcel Moreau, Carl Sagan e Erich Von Daniken (21).

O que vale salientar é que não encontramos em nenhum livro ou artigo pesquisado, onde apareça a identificação específica dos estudiosos que defendam esta corrente, ou seja, se apresenta a hipótese porém ninguém assume a sua paternidade.

Encontramos a defesa desta corrente de pensamento baseada na constatação de que todas as teorias que falam do universo, são pela própria dinâmica da ciência, provisórias e portanto inacabadas; não poderia deixar de se considerar então, a existência da vida inteligente além Terra. Bastaria para tanto, observar a imensidão do Cosmos e constatar a possibilidade de se encontrar sistemas análogos ao da terra, com condições propícias para o florescimento de vida nos mesmos.

A partir disto, seria possível a vinda de seres extra-terrestres ao nosso planeta, podendo estes assinalar sua passagem através de registros em material de longa duração através de linguagem simbólica, que estão ainda hoje longe do conhecimento humano.

A figura, 03 que está registrada nas Itaquiatiaras do Ingá, é usada por estes pesquisadores, sendo definida como uma estilização de nossa Galáxia, observada, segundo eles por um ser extra-galático.



- Defensores da hipótese de contatos entre civilizações extraterrestres e povos da pré-história admitem este girlo do Inga (à esquerda) como estilização da nossa Galáxia, do ponto de vista de um observador extragaláctico (à direita).

FIGURA 3

Extraído do livro:

FARIA, F. e C. PESSOA. Os Astrô-
pré-históricos do Inga.
S. Paulo - FBRASA - 1987.

Além desta, existem diversas analogias entre as figuras insculpidas na Pedra do Ingá com representações de foguetes, de mapas contendo o percurso seguido pelos extra-terrestres, entre outras, e que seriam efetivamente a prova maior de sua passagem pela terra.

Nas palavras do Prof. Gilvan de Brito, observamos senão um consentimento desta teoria - já que ele se classifica como defensor da autoria alienigenista terrestre - pelo menos, a disposição na reflexão de outras hipóteses.

" A idéia da presença de extra-terrestres no Ingá, pode parecer absurda, porém esta é uma possibilidade que não deve ser afastada diante de alguns indícios: quando os portugueses aqui chegaram foram informados de existência das inscrições do Ingá e verificaram que na época os habitantes da região, os índios Carirí, encontravam-se na idade da Pedra Polida, desconhecendo o metal, ou qualquer outro instrumento capaz de realizar com sucesso os simétricos e profundos traços, de perfeito talhe e excelente polimento." (22)

Concluimos admitindo que resta enfim, aos que advogam esta versão considerada por muitos inusitada ou arrogante, a perspectiva de romper com este estigma; assim como cientistas clássicos o fizeram quando adotaram idéias que em sua época eram consideradas pouco comuns, porém, sabemos que a partir delas, tornaram-se possíveis grandes conquistas e o progresso das civilizações nas mais diversas áreas do conhecimento. O caminho a seguir então seria o de não relegar esta ou qualquer outra hipótese, mas ao contrário, fomentar a pesquisa já que apesar dos esforços empreendidos em relação ao enigma do Ingá, ele permanece sem conclusões definitivamente absolutas como querem parte dos intelectuais que o estudam.

NOTAS

- 01 - cf. CLEROT. Leon. F. R. Trinta anos de Paraíba. Rio de Janeiro. Potengi. 1969. pg. 82-83.
- 02 - cf. BRITO. Gilvan. Viagem ao desconhecido - os segredos da Pedra do Ingá. Brasília. Senado Federal. 1988. pg. 87.
- 03 - cf. FREIRE. Antonio. Revoltas e Repentes. João Pessoa. Nova Paraíba. 1974. pg. 79.
- 04 - Citado por Padre Francisco Lima. in Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba. Volume XII. 1953. pg. 126.
- 05 - cf. A União em 03/07/77.
- 06 - cf. Revista Brasileira de Arqueologia. Rio de Janeiro. número 01. 1964. pg. 27.
- 07 - cf. Revista de História número 93. São Paulo. Volume XLVI. 1973.
- 08 - cf. depoimento gravado em 05.09.90 em entrevista para a pesquisa, pela equipe do CEHC - IDEME.
- 09 - Idem nota 07
- 10 - Citado por Alfredo Coutinho Falcão. in Boletim Informativo do Centro Brasileiro de Arqueologia. número 02. 1973.
- 11 - Idem nota 10.
- 12 - Idem nota 02.
- 13 - cf. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano. Volume 12. 1953. pg. 121.
- 14 - Idem nota 01. pg.87.
- 15 - Citado por Francisco Pessoa Faria. in Os Astronomos pré-históricos do Ingá. São Paulo. 1987. pg. 52.
- 16 - Idem nota 08.
- 17 - cf. FARIA. Francisco Pessoa. Os Astronomos pré-históricos do Ingá. São Paulo. Ibrase. 1987. pg. 67-70.
- 18 - Idem nota 17. pg. 104.
- 19 - cf. MEDEIROS. J. Benício. in Boletim Informativo do Centro Brasileiro de Arqueologia. número 04. 1974.

- 20 - cf. FERRO. Marc. A História Viglada. São Paulo. Martins Fontes. 1989. pg. 01.
- 21 - As obras destes estudiosos citados em artigos por mim pesquisados foram respectivamente: As Civilizações das Estrelas; Cosmos; Eram os Deuses Astronautas?
- 22 - Idem nota 02. pg. 57.

CAPÍTULO III - O CONHECIMENTO DAS ITAQUATIARAS DENTRO E FORA DO INGÁ.

Neste capítulo, abordaremos a questão de como são conhecidas as Itaquatiaras do Ingá pela população do município, ou seja, o que os ingaenses sabem a respeito da mesma. Num segundo momento procuraremos, a partir de pesquisa baseada em amostragem, perceber como o monumento é conhecido no âmbito externo, no caso, por parte da população da capital do Estado, mais especificamente por alguns estudantes universitários da U.F.Pb. nos cursos de Licenciatura em História e Licenciatura em Letras.

Inicialmente, em se tratando do conhecimento popular acerca da Pedra do Ingá, podemos tecer algumas considerações. Partimos do levantamento através de pesquisa documental e oral, do que se define como folclore - como é comumente denominada pelos estudiosos e pela própria população - que seria a tradição verbalizada corrente no município, manifestada através das lendas.

Entendendo que, neste caso, a ciência não é o único caminho para o alcance do saber, já que ela não se destingue do latu senso, nem pela natureza do objeto conhecido nem tão pouco pela veracidade - se considerarmos que apesar do desenvolvimento das pesquisas científicas até hoje, não se chegou a um consenso ou a uma versão definitiva e oficialmente aceita da origem e significado das Itaquatiaras - mas o que os diferencia é a forma, o modo e os instrumentos do conhecimento. Compreendemos a importância de resgatar o testemunho oral da população, através do modo comum, corrente e espontâneo de conhecer que se adquire no trato direto com as coisas e os seres humanos, pois o saber popular tem condições de contribuir com dados significativos para a ampliação do conhecimento humano.

Seguem, descritivamente, algumas lendas contadas pela população do município, que atravessam gerações; em algumas delas percebe-se claramente traços impostos pela cultura dominante, já que se baseiam em versões dadas pelos estudiosos das Itaquatiaras mas que, transformam-se metaforicamente ao longo da história pela voz da população.

Em nossa pesquisa encontramos alusão à várias lendas referentes à Pedra do Ingá, como por exemplo, o depoimento de alguns habitantes da região que afirmam ser o rio Ingá um braço de mar que desligou-se do mesmo com as transformações seculares, sendo as Itaquatiaras trazidas de outras regiões pelo movimento das águas; ou a alusão veemente de que aqueles escritos são de origem fenícia, fato comprovado pela ocorrência, há muito tempo atrás, do encontro de uma lavadeira de roupa com um fenício na área do sítio arqueológico (01).

Outra lenda que é corrente no município foi descrita pela Professora Corina Natilde Nogueira em depoimento à Fundação Educar no ano de 1985, para compor uma publicação da história do município (02). Com relação aos mistérios da Pedra do Ingá, a referida professora conta:

" Os antigos contam que ao anoitecer, ninguém

por ali transitava (...) os moradores da região faziam tudo para não ficarem ou, atravessarem a caminhada durante parte da noite; porque se ouvia a grande distância o soar de um maravilhoso sino que diríamos ser o melhor de todos os que hoje existem (...) Algumas pessoas que nada sabiam a respeito e por ali passavam, corriam apavoradas e no dia seguinte faziam seus comentários sobre uma linda mulher, bem vestida, cabelos longos e cantarolando em cima das pedras e luzes faiscando ao seu redor. Daí se expandiram boatos sobre a pedra, como reino encantado e começaram a surgir curiosos de países estrangeiros para tentarem descobrir o tal mistério. Inclusive, no final do Século XIX surgiram alguns italianos e pediram permissão à proprietária para abrirem a pedra. E ela consentindo, foi constatado que a pedra era mesmo um reino encantado, por terem sido encontrados muitos objetos de ouro maciço (...) inclusive uma santa de ouro puro medindo 1 metro; a proprietária negociara todos os objetos menos a santa (...) eles não aceitaram, ficaram furiosos e fecharam a pedra para sempre (...), e os mistérios continuam."

É interessante notar na lenda que a alusão feita ao soar de um sino, pode ser identificado com a existência de uma pedra menor existente no sítio arqueológico, que, ao ser triscada por outra, emite nitidamente o som de um sino tocando, o que podemos supor ocorresse com frequência dado ao movimento de pedras soltas na correnteza natural do rio. Esta pedra é denominada no município como Pedra do Sino, ficando localizada por trás do paredão com as inscrições, tendo ela própria alguns sinais gravados semelhantes ao do painel grande.

No Boletim Informativo do Centro Brasileiro de Arqueologia, número 03, temos o depoimento do Sr. Rômulo Rangel datado de 07/09/61, ele é um dos donos das terras limítrofes do sítio arqueológico e sobrinho de D. Francisca de Moraes Farias, antiga proprietária da área onde se situa o monumento e que fez a doação de 1 hectare ao Governo Federal, que, conseqüentemente, promoveu o seu tombamento pelo Patrimônio Histórico Nacional. O Sr. Rômulo descreve outra lenda que guarda alguns caracteres comuns com o depoimento acima exposto; vejamos:

" (...) diz a lenda que aquela Pedra tem uma abertura, ou melhor, uma passagem que dá acesso ao seu interior. Então se dizia que, certa vez, o primitivo proprietário daquelas terras encontrou alguns indivíduos com a Pedra aberta - pessoas que naturalmente, possuíam o segredo - e os surpreendeu no momento em que eles estavam com a porta aberta. Essas pessoas teriam encontrado, no interior da pedra, uma imagem e muitas moedas de ouro

ao lado. Surpreendidos, os indivíduos que haviam violado a Pedra fizeram uma proposta ao proprietário; repartir aquele tesouro oferecendo ao proprietário as moedas para que lhes fosse permitida a posse da imagem.

Mas nesta ocasião, o proprietário não concordou com a proposta. Em face disso os indivíduos resistiram a entregar toda riqueza ou todo o achado ao dono das terras e fecharam de novo a Pedra.

A razão de recusa do proprietário em aceitar tal proposta, se dizia, fora motivada pelo fato de a imagem exercer forte atração sobre moedas de ouro: onde estivesse a imagem, estariam também as moedas de ouro. De modo que essa é uma das lendas que se conhece na cidade, sobre a Pedra."

Um outro registro lendário, que também é contado de forma diversa, mas que parte de uma mesma referência é o que aborda a destruição do mundo por um dilúvio. Temos aqueles que afirmam que as inscrições traduzem a narrativa de tal dilúvio, notamos claramente que existe uma relação direta com a narrativa bíblica dos tempos de Noé.

Observando as figurações insculpidas, alguns habitantes do Ingá atribuem a elas a descrição de viagem e do que se passou durante o trajeto. Afirmam eles que as formas se assemelham a densas nuvens evidenciando a precipitação pluviométrica; há uma embarcação de grande porte que seguindo a linha superior dos capsulares estaria representada em três momentos: o primeiro onde ela se encontra submersa, o segundo quando ela começa a surgir ao nível da água e finalmente quando acima das águas; um pássaro - comparado à pomba mencionada na Bíblia quando do fim do dilúvio; algumas figurações que indicam o tempo de aventura e finalmente o símbolo de vida representando o fim da viagem. (desenho esquemático N^o. 01).

Ainda sobre o dilúvio, outros ingaenses discorrem a seguinte idéia: a ocorrência de chuvas torrenciais que levaram uma família a procurar refúgio em uma embarcação que teria aportado nas proximidades do Ingá; este fenômeno climático estaria representado na parte superior da pedra onde existe uma figuração de um sol e de um cometa descendo, representando a queda de um satélite ou mesmo a passagem de um cometa o que teria trazido como consequência a catástrofe. Os sobreviventes teriam então anotado ou registrado estes acontecimentos partindo da área horizontal superior da Pedra.

Estas são em linhas gerais as formas mais elaboradas de conhecimento da população com que nos deparamos durante o estudo. No mais as pessoas por nós contactadas se referiam vagamente sobre o que sabiam das Itaquatiaras, apenas que "foi coisa de índio" ou "foram os fenícios", sem tecer qualquer consideração em acréscimo a tais afirmações.



Linha superior dos capsulares

FIGURA 01

Procurando detectar o conhecimento que se tem do município e do sítio arqueológico do Ingá por pessoas sem ligações com os mesmos, desenvolvemos uma pesquisa na U.F.Pb., onde efetuamos a aplicação de um questionário composto de uma série ordenada de perguntas abertas, sendo requerido respostas dissertativas por parte de alunos dos cursos de Licenciatura em Letras e História.(03)

Pela própria característica de uma amostragem, onde uma parcela convenientemente selecionada de um determinado universo é estudada, não pretendemos generalizar os resultados obtidos, porém, através destes, procurar traços significativos que possibilitem uma reflexão acerca do objeto de estudo - em nosso caso as Itaquatiras do Ingá.

Inicialmente introduzimos uma questão versando sobre o conhecimento que estes alunos tinham acerca do município. As respostas obtidas, com poucas variações, demonstram uma relação de identificação direta entre o município e o sítio arqueológico, mesmo que a maior parte dos entrevistados não o conheçam pessoalmente e nem tão pouco tenham lido algo a respeito do assunto - apenas dois deles já tinham visitado o local. Vejamos alguns depoimentos:

" Sei que existe um monumento belíssimo com inscrições, ou seja, com uma mensagem escrita, muito curiosa, porém nunca o visitei."

" Não sendo parainana, seria de esperar que eu não soubesse nada do município do Ingá. Mas mesmo antes de vir morar aqui, eu sabia que em Ingá existe um monumento arqueológico com inscrições rupestres que até hoje não foram decifradas."

" Sei pouco sobre o município, pois nunca estive no mesmo. Apenas sei da existência de algumas pedras com inscrições."

" Fica no brejo, tem uma pedra com hieroglíficos."

" Já ouvi falar bastante sobre o município, e sua pedra, mas não o conheço nem sei onde fica."

" Nunca o visitei, creio porém que é no mesmo que se localiza a Pedra do Ingá."

" Sei que lá há uma pedra com inscrições desconhecidas, provavelmente de povos antigos, mas nunca visitei Ingá."

Constatamos que apenas um aluno refere-se ao município, sem relacioná-lo ao sítio arqueológico, mesmo assim o conhecimento por ele demonstrado circunscreve-se às características mais gerais da área onde se localiza o Ingá:

" Sim, conheço, já o visitei duas vezes de ma-

neira rápida. Meu conhecimento sobre o município é mínimo, sei apenas que sua economia está incluída no contexto geral dos municípios vizinhos e da região, ou seja, agricultura e pecuária."

Desta forma, percebemos que o conhecimento do município da maneira como foi demonstrado por estes alunos (04), espelha o que ocorre com a produção historiográfica dos municípios paraibanos, que, de modo geral, se dá de maneira bastante restrita.

Passando a considerar, o conhecimento demonstrado com referência ao nosso objeto de estudo, podemos observar que poucos estudantes tiveram oportunidade de conhecê-lo, este fato contudo não se torna empecilho para que os mesmos tenham posse de algum conhecimento acerca do monumento, seja através de livros, reportagens ou de ouvir falar.

" Sei que são formações rochosas à beira de um riacho e que contêm inscrições que especialistas brasileiros não conseguiram decifrar, mas que acreditam estar relacionado à astronomia. Já visitei uma vez o sítio arqueológico e fiquei muito chocada com a má conservação do local. Já li diversos artigos sobre a Pedra do Ingá na revista Planeta, além de alguns livros."

"Já visitei o sítio arqueológico. E já li várias explicações a respeito, ou seja, do tipo: civilização pré-colombiana, fenícios, extraterrestres (autoria das inscrições), etc., mas não tenho opinião formada a respeito."

" Na referida Pedra estão gravadas inscrições rupestres e que não se tem dados suficientes que indiquem os autores de tais inscrições; já visitei o sítio, já li artigos sobre ele num escrito de um ex-prefeito da cidade e outro numa revista que não lembro o nome."

" Tenho conhecimento só pelos jornais e acho bastante interessante, devia ser aprofundado mais este estudo sobre as mesmas."

" Sei que é um monumento histórico que se encontra neste município, não tive ainda a oportunidade de conhecê-lo."

" Já ouvi falar sobre a pedra mas não a conheço nem sei onde fica, nunca li nada a respeito."

" Não visitei nem li nada a respeito; já vi algo a respeito na televisão e um filme de Torquato Neto. Parece-me que a Pedra é um monumento arqueológico importante por certas

inscrições pré-históricas."

" Sei que é muito visitado por turistas e antropólogos, já vi panfletos; estas visitas devem-se ao que está escrito nas pedras, que provavelmente deverá ter virado um sítio protegido da destruição para futuros estudos; ainda não visitei."

" Não sei muita coisa, mas apenas que devem ser inscrições antigas de povos desconhecidos. Nunca li nada sobre o assunto nem visitei o lugar. As poucas informações que tenho são de ouvir falar; inclusive um amigo meu que já foi em Ingá, me mostrou alguns desenhos feitos por ele como reprodução das inscrições de lá."

Se levarmos em consideração que, estamos observando depoimentos de alunos de terceiro grau, em uma instituição universitária situada no Estado onde está o sítio arqueológico, e ainda mais que alguns deles são estudantes de História, seríamos tentados a afirmar que ocorre uma falta de interesse ou uma deformação no seu processo de conhecimento. Porém, temos que refletir um pouco antes de emprender taxativamente tal juízo de valor.

Teríamos em primeiro lugar que observar de que maneira é feita, ou mesmo se existe, a divulgação ou a transmissão do conhecimento das Itaquatiaras: seja pela própria Universidade através das disciplinas oferecidas, cursos, palestras, acervo bibliográfico, exposições, indicações para pesquisa ou visitas específicas ao monumento; seja por órgãos institucionais locais como o Governo do Estado, o Instituto Histórico Geográfico Paraibano, entre outros; seja pela divulgação municipal relacionado a exploração turística (05).

Em segundo lugar, teríamos também que observar a disposição ou interesse demonstrado por parte dos alunos que não conhecem o monumento e dos que já tem alguma noção acerca do mesmo, no sentido de ampliarem seus conhecimentos. Assim podemos afirmar que é latente o desejo expresso pelos mesmos, vejamos o que responderam quando indagados se gostariam de conhecer este monumento arqueológico e saber mais a seu respeito:

" Gostaria muito, principalmente por ser aqui na Paraíba e nem mesmo os paraibanos a conhecerem."

" Gostaria de conhecer e ler alguma coisa a respeito."

" Sim, acho o assunto interessante e curioso, gostaria de saber a verdadeira origem de tais inscrições."

" Me despertou certo interesse sobre o município do Ingá, por este motivo gostaria de ler ou saber algo a seu respeito."

" Sim, acho interessante, mesmo porque a pesquisa arqueológica sempre me fascina e gostaria de futuramente me aprofundar em estudos relacionados a arqueologia."

" Eu teria o maior prazer em conhecer este monumento arqueológico e ter um conhecimento mais profundo sobre sua origem e seu estado de preservação e o que ele representa historicamente para a Paraíba."

" Já conheço o monumento e gostaria de novas informações que mostra-se uma nova explicação ou alguma prova que viesse a elucidar qualquer das explicações já citadas."

" Sim, pois se tivesse alguém que acompanhasse, talvez num passeio e explicasse a sua procedência e a sua valorização para estudos arqueológicos, eu gostaria de conhecê-lo."

" Gostaria muito e como é pouco motivado deveria ser mais divulgado, principalmente, não só por nós historiadores, como também pelos governantes."

Partindo então destas observações, é inegável a necessidade de uma maior divulgação não só teórica mas também empírica das Itaquatiaras do Ingá, sem o qual este monumento - importante fonte de pesquisa histórica - permanecerá ignorado para a população em geral, ou no caso extremo, conhecido apenas por estudiosos que apurando seus conhecimentos através de pesquisas tornam-se os únicos detentores de um saber que se restringe ao círculo de estudos antropológicos e arqueológicos reforçando uma concepção aristocrática da cultura.

NOTAS

- 01 - Estas lendas foram relatadas, em entrevista para a pesquisa em 03.10.89 por professores do município.
- 02 - O depoimento me foi cedido pela professora citada.
- 03 - Para este estudo, responderam ao questionário 10 alunos do curso de Letras e 12 do curso de Licenciatura em História, nos dias 10 e 13 de dezembro de 1990.
- 04 - Ressaltando que o preenchimento do questionário no curso de Licenciatura em História foi efetivado com alunos que cursavam à época (10.12.90) a disciplina de História da Paraíba.
- 05 - Neste caso, só na atual gestão é que isto vem ocorrendo de forma ainda incipiente e por vezes predatória, a propósito, este assunto será tratado no último capítulo.

CAPÍTULO IV - O MONUMENTO: A REPRESENTAÇÃO PARA OS INTELECTUAIS E PARA A POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO.

Para a composição deste capítulo, foi efetuada uma pesquisa em duas etapas: primeiro examinamos o discurso de alguns estudiosos e pesquisadores do monumento presentes em livros, artigos, depoimento em jornal e uma entrevista com o museólogo Balduino Lélis (01), que se dedica ao estudo das Itaquiatiaras do Ingá desde a década de 1950.

Procuramos perceber qual a importância deste monumento para os mesmos, enquanto afirmação da dominação do saber e da cultura; como se dá a apropriação não só do saber produzido mas do próprio patrimônio histórico. Se o conhecimento que eles detêm, pode ser definido como ciência e por fim se este é acessível à população.

Num segundo momento a pesquisa teve como base a análise e interpretação do material coletado em entrevistas e questionários aplicados com duas parcelas-chaves da Sociedade Ingaense, metodologicamente representativas, quais sejam: os agricultores e os professores da rede municipal e estadual de ensino; na tentativa de detectar a significação e importância do conhecimento das Itaquiatiaras para o seu cotidiano, e como estes, num determinado contexto sócio-econômico, reelaboram a ideologia imposta a eles no confronto com suas experiências de vida.

Antes porém, de aludir as representações das Itaquiatiaras propriamente ditas, temos que considerar alguns pressupostos básicos para a sua análise. Inicialmente faz-se necessário a caracterização do que denominamos de intelectual, neste caso, os estudiosos do sítio arqueológico do Ingá. Estes intelectuais são especialistas em áreas de estudo diversas, porém, em raríssimas exceções, sem formação específica em antropologia ou arqueologia, ciências imprescindíveis para um estudo deste gênero; somando-se a isto temos o fato de que o conhecimento que se delineou até hoje acerca das Itaquiatiaras, nos meios intelectuais, se baseou em afirmações hipotéticas que não foram comprovadas, partindo em sua maioria do autodidatismo de alguns pesquisadores sem o emprego de métodos científicos propícios ao exame do objeto de estudo e, portanto, não podendo ser considerado como um conhecimento científico.

Outro ponto a considerar é a definição do que aceitamos como ideologia, que seria, a forma pela qual os homens procedem à representação imaginária do real, fazendo-o através do ocultamento ou da dissimulação das contradições sociais (02). Esta ideologia tem como fundamento a sociedade dividida em classes e como função proceder uma lógica de identificação universalizada entre elas; para tanto, procura neutralizar a história ocultando as contradições e evitando qualquer questionamento, no sentido de oficializar a imagem da classe dominante.

Quanto a classificação dos dois grupos sociais antagônicos envolvidos neste estudo e que estão divididos a partir da sua formação e das suas relações, são eles: a classe intelectual, detentora e promotora do saber considerado dominante e que se utiliza do discurso competente (03) para sacramentar a sua posição na sociedade, ela-

borando uma concepção aristocrática de cultura. E a classe proletária que detém o saber gerado na prática cotidiana, onde a partir do modo como produz, especifica a sua maneira de pensar, de apreender e de agir.

É neste sentido que se procede uma avaliação da representação simbólica, que nada mais é do que uma relação do sujeito com o real, resultante da relação do sujeito com a ideologia, seja ele o estudioso, seja ele o professor primário ou o agricultor do Ingá.

IV.a. - Representação Social das Itaquiarias para o intelectual.

Vimos, em capítulo anterior, um pouco dos estudos elaborados acerca da Pedra do Ingá; as correntes que se dividem em várias versões, todas elas, porém, advogadas através da linguagem do intelectual, que se apresenta como o detentor dos segredos, explicações e das justificações da realidade concreta - no caso, o enigma do Ingá.

Partindo do conhecimento destes estudos especulativos, da maneira como são expostos, podemos perceber como este intelectual, através do seu discurso coercitivo cumpre a função de dissimular a existência real da dominação - a dominação do saber - isto ele o faz através de artifícios os mais variados, partindo sempre da imposição do conhecimento, procurando fazer com que o leigo a ele se submeta, e ainda segundo Chaui "permitindo ao não especialista a ilusão de participar do saber." (04)

No caso em estudo, percebemos claramente através do discurso dos estudiosos das Itaquiarias do Ingá, esta tentativa de imposição do conhecimento por eles elaborado; desde o momento inicial quando da alegação da importância do objeto de estudo onde é ufanicamente decantado a sua excepcionalidade:

" (...) O monumento do Ingá, é um desses ricos tesouros espalhados em toda a América (...) frente ao monumento, o visitante fica estático e contemplativo (...)." (05)

" (...) lá nós temos a presença do maior monumento lítico da América do Sul e Central e Latina, eu vou repetir ... o maior monumento arqueológico da América do Sul, Central e Latina; podem colocar isto de lado: Tihuanaco, Porta do Sol, ou qualquer outra coisa, que não tem para efeito de Pré-História da América do Sul, nada se compara, com a Pedra do Ingá, dando a sua perfeição (...)." (06)

" A pedra do Ingá se constitui numa relíquia arqueológica, lagedo gravado de sinais enigmáticos de idade multiseccular que se perde na imensidão dos tempos." (07)

" (...) as inscrições rupestres do Ingá - página arqueológica mais discutida do mundo e fonte turística das mais importantes do mundo e fonte turística das mais importantes da Paraíba - continuarão no seu silêncio e no seu mistério (...)." (08)

A partir destas afirmações tão enfáticas, fica caracterizado a importância do conhecimento acerca da Pedra do Ingá e o prestígio dos que fazem o estudo enquanto comprovação de competência, já que por ser tão importante, cabe a ele controlar e determinar este conhecimento; serve de base para as suas argumentações a suposição de que ao povo que não detém o saber resta acreditar no discurso competente destes intelectuais. É neste sentido que ele - o intelectual, procede a universalização do saber, qual seja, o seu dizer é o verdadeiro e aceitável pois só ele tem a capacidade de formula-lo.

A dominação fica então caracterizada pelo fato da imposição de um conhecimento que é só seu e que cada um deles tem como único e definitivo, porém em contraposição a isto temos a afirmação de Marc Ferro, quando diz que: "a partir da segunda metade do século XX, a perspectiva de uma interpretação da história revelando-se exata, cai por terra" para a qual concorre "em primeiro lugar, a falência das ideologias." (09).

Percebemos no entanto, pelo depoimento dos estudiosos por nós utilizados, que esta afirmação acima não foi apreendida pelos mesmos, isto é notório se partirmos da premissa de que estes estudos assumem uma postura de serviço à classe dominante, persistindo em defende-la, já que fazendo isto eles supõem conservarem-se a si mesmos.

Um exemplo claro disto é encontrado na defesa intransigente e por vezes preconceituosa - é freqüentemente utilizado pelos estudiosos como método de apresentação das várias hipóteses, muito mais a contra-posição a outras do que a afirmação e comprovação das suas próprias - acerca do significado do sítio arqueológico; defendida por uns como calendário pré-histórico, tábuas lunares, monumento religioso, comunicação extra-terrestres, entre outros. Segue abaixo um trecho do depoimento do Professor B.Lélis (10) exemplificando:

" (...) ela é uma pedra votiva, uma pedra votiva, foi feita como se fosse um voto dado por alguém a alguma coisa; ou que ela seja um lugar de elocubração religiosa, ou deve ter sido em algum instante (...) aquilo são figuras fálicas, femininas, dum culto que existiu entre pintores de pedras daqui, o culto da fecundação, a pedra do Ingá está intimamente ligada a este tipo de culto, de culto decididamente. (...) O grande mal é que uma versão errada pode ser transferida para a posteridade, como uma verdade, como oficial (...) a própria Universidade não chegou nem a paumilhar por cima desta matéria, porque não houve ainda quem saísse dos gabinetes para os campos."

O que se pode concluir das expressões usadas por este pesquisador é que "decididamente" a sua versão é a certa ao contrário de todas as outras que devem ser suprimidas para não prejudicar ou deturpar o real conhecimento do que seria a Pedra do Ingá.

Outra questão a ser abordada é com referência à apropriação que alguns pesquisadores fazem do próprio patrimônio histórico por eles estudado. Apropriação da ciência pelo seu uso no sentido de justificação a suas hipóteses e com relação ainda ao controle da própria produção do conhecimento, seja pela maneira erudita como escreve, seja pelo ocultamento de certos dados, seja pelo direcionamento a leitores específicos. Apropriação do patrimônio histórico - material arqueológico - encontrados no ambiente de pesquisa, que deveria pertencer a toda a humanidade.

Através do depoimento abaixo, proferido pelo pesquisador Balduino Lélis (11), poderemos ter uma idéia de como esta apropriação ocorre.

- Quando foi abordado sobre a questão da presença de índios na área:

" (...) Então é bom saber que aquela região foi habitada antes por Índios, porque nós temos provas documentais, nós temos provas arqueológicas da vida deles lá através de cerâmica, de restos de cerâmica. Nós temos provas da vida deles lá através de materiais líticos, isto é, pedras, machados de pedras, crânios (...)."

" (...) Estas informações que eu dei da Pedra do Ingá e de habitação indígena naquela região pelos valores e época de ocupação, por exemplo: Os que fizeram a Pedra do Ingá, estes seriam inevitavelmente os primeiros em termos de suposição, pode ser até que tenhamos nós provas concretas de que eles tivessem sido posteriores (...), quando houver oportunidade, e quando houver recursos, nós mostraremos ao mundo científico o que nós sabemos da Pedra do Ingá."

- Com relação ao material lítico encontrado nas adjacências do monumento:

" (...) Veja bem, quem fez a cerâmica encontrada nas adjacências da Pedra do Ingá, por um grupo de arqueólogos do Rio de Janeiro, e que terminou me devolvendo as peças, os pedaços e fragmentos depois de ter passado pelo crivo do Museu Nacional; porque aqui eu afirmo que o material era antigo, eles acharam que era novo, eu tenho uma carta inclusive do próprio chefe da expedição se retratando e pedindo desculpas e dizendo que (...) outros especialistas da área, concordaram com meu ponto de

vista, de que aquela cerâmica era realmente antiga ... porém aquela cerâmica muito antiga ainda não é do povo que fez aquela pedra."

- Com relação a revelação do enigma da origem da pedra, quanto ao material lítico que poderia comprová-la:

" (...) É, nós estamos já há muito tempo, pesquisando isto, desde 1951, agora nós sabemos onde está a coisa, agora o que não podemos fazer é revelar (...)."

Em decorrência desta apropriação e somado ao difundido raciocínio defendido por alguns acerca do desnível entre a cultura das classes subalternas e a de classe dominante, provando a concepção aristocrática da cultura (12), temos a produção de um conhecimento que não alcança e não se faz de maneira acessível à população. Como exemplo podemos observar os resultados da pesquisa feita no Capítulo III desta monografia, onde parte da população do Ingá e alunos da U.F.PB. nos cursos de História e Letras, revelam um conhecimento superficial das Itaquatiaras contraposto ao desejo latente de expandirem o mesmo.

Em outras palavras, os estudiosos da Pedra do Ingá, implícita ou explicitamente deixam transparecer em seu discurso a falta de experiência, de capacidade ou de prontidão da população, seja ela letrada ou não, para compreenderem seus postulados e participarem efetivamente dos seus conhecimentos numa relação de circularidade da cultura, onde ocorre a influência recíproca entre a cultura das classes subalternas e a cultura dominante. (13)

Ao contrário, a argumentação destes estudiosos é expressa em alguns casos da seguinte maneira:

" Este painel, tão importante do ponto de vista arqueoastronômico, deveria ter acesso obstado por uma simples grade (...) esperamos que o vandalismo e a omissão governamental não continuem a conjurar a mutilação da Itaquatiara do Ingá." (14)

" (...) Não, não, este é um patrimônio meu, um patrimônio meu e que eu vou transmitir naturalmente em tempo hábil, devidamente estudado, para o uso do aparelho educador da universidade, se é que ela prestigia o trabalho que nós estamos fazendo, se ele tem dimensão para ver isto, este é que é o grande problema, porque até hoje ela não montou um aparelho de recepção (...). Agora o que não podemos fazer é revelar cemitérios indígenas para o público, para virar exposição permanente e especulação; até a própria Universidade se acha com direito de organizar expedições de alunos, que só iriam perturbar e conturbar o campo arqueológico, e quebrar por falta de experiência e iam fazer males dos maiores e dos piores." (15)

Concluindo, afirmamos a importância da produção do conhecimento, mesmo hipotético, no sentido de que ele leve à reflexão e estimule a pesquisas científicas mais apropriadas, já que no que se refere aos estudos arqueológicos neste sítio, efetivamente, quase nada temos de conhecido; e ainda que os estudos especulativos defendidos pelos intelectuais acima citados se faça de maneira aberta e tolerante, não como propriedade privada de quem o elabora ou baseado na suposição do saber único e absoluto - características estas contrárias e estranhas ao saber científico propriamente dito - concorrendo desta forma para uma maior democratização do conhecimento e conseqüente apreensão da importância do mesmo.

IV.b. - Representação Social das Itaquatiaras para a população do Ingá.

Como foi dito anteriormente, passaremos a analisar a representação simbólica do monumento lítico do Ingá feita por dois grupos sociais básicos - os professores e os agricultores - tentando perceber o seu cotidiano e as implicações decorrentes do mesmo na significação que eles fazem da Pedra do Ingá.

Para tanto faz-se necessária uma avaliação do contexto sócio-econômico do município que marca a sua condição de classe; procurando ainda fazer uma reflexão no sentido de perceber o alcance da racionalidade burguesa, expressa no conhecimento do grupo intelectual, para estes integrantes da chamada classe subalterna.

A história econômica do Ingá esteve ligada sempre ao binômio - agricultura/pecuária. Na agricultura até o início da década de 1950 predominava a atividade cotonicultora que dividia o espaço com a pecuária e a lavoura de subsistência. Temos, a partir deste período, o desencadear de uma profunda crise agrícola, devido a vários motivos, entre eles: a concorrência externa - provocando a perda de mercados importantes e a interna - provocada pela disputa com a produção do centro-sul.

" O algodão nordestino sempre sujeito a variações, está agora sem compradores no exterior, porque o único centro consumidor ainda fazendo importações o Japão - prefere o algodão paulista, que é melhor padronizado." (16)

Esta situação procede-se no decorrer dos anos e é seriamente agravada mais recentemente - fins de 1970 e a década de 1980 - quando o que restava de algodão foi destruído pela praga do bicudo.

Como conseqüência desta crise observa-se a expulsão dos camponeses das terras de roçado devido a substituição gradativa da lavoura algodoeira pela pecuária e pela produção de capim para o gado. A este agricultor expulso do campo pelo gado restam poucas opções para garantir a sobrevivência da família: ele vai para a cidade e procura um arrendamento de terra; vai trabalhar de "aluguel" na palha da cana no litoral paraibano e pernambucano ou migra para o centro-sul em busca de trabalho.

Outro fator determinante da situação de miséria do agricultor é promovido pelo retorno da pecuária como atividade principal, que ocupou vastas áreas incorporando as pequenas propriedades, ocorrendo a concentração de terras observada atualmente como tendência do município. A realização da economia baseada na pecuária, se dá efetivamente a partir de 1970, quando se desenvolve um mercado regional absorvedor da produção leiteira e pelo fato de que esta atividade requer o menor número de mão-de-obra e menos gastos com a manutenção da produção se comparado com o algodão. Para manter este gado a terra é ocupada com plantação de capim onde outrora fora espaço para a produção de subsistência.

Para os agricultores, como produto desta expansão do capitalismo no campo, resta, como garantia de subsistência, o roçado de milho, feijão e fava desenvolvido em terra alheia, ou como já dito, a migração e o trabalho alugado; quando ele, a partir da venda de sua força de trabalho, torna-se uma mercadoria. Ao invés do homem viver bem para produzir, ele vive miseravelmente escravizado pelo trabalho, negando a sua natureza como ser social (17).

Vários sentimentos são percebidos neste homem, através de sua fala, que devem ser tomados não apenas como um dado a ser analisado, mas parte integrante de um processo, onde se articulam as representações e onde são transmitidas a sua visão do mundo.

Percebemos, que seu discurso expressa em geral, ambivalência, frustração e negação como decorrência do fato de ser tirada a sua fonte de trabalho e subsistência, não restando para eles perspectiva histórica nem muito menos estrutural.

A partir dos depoimentos versando sobre suas vidas e seu trabalho, foi introduzida questões acerca do conhecimento que os mesmos tinham da Pedra; como resultado observamos um pequeno interesse pelo monumento e a falta de esperança no sentido de que o conhecimento do mesmo possa vir a trazer alguma mudança para a sua vida. Vejamos o que eles dizem (18):

" Já fui a Pedra. Escutei falar muita coisa bonita. Não conheço nenhuma história de como surgiu. Acho importante porque é bonita."

" Pedra? conheço! É um traço interessante da natureza, pessoas falam, mas eu pessoalmente não achei nada bonito. O que tem na pedra é aqueles buracos."

" Pode ser importante para o pessoal da cidade de Ingá, mas para a comunidade de Chá dos Peireiras não tem nenhuma importância."

" Fui lá, é um lugar bonito, mas não é importante para a minha vida e para o meu trabalho."

" A Pedra não conheço ... acho que ninguém conhece."

" É bonito, gostei, era bom que o prefeito desse um ônibus para as pessoas fazerem picnic. É importante porque eu tenho 61 anos e nunca ví algo tão importante."

" O que chama a atenção, o importante, é a queda d'água; sem a água, só quem vai ver a Pedra é quem quer estudar."

" Querem cercar a pedra, acho que isso é um pouco de sabedoria, porque cercando, o cabra, só vê se pagar né? Sem cerca, todo mundo toma banho no rio, é tranquilo, ninguém paga nada."

O importante para estes agricultores, não é o monumento nem muito menos o conhecimento que se possa ter dele, porém o real valor está na beleza natural daquele espaço e no prazer de banhar-se às águas claras do rio Ingá; já que dentro do município este é o lugar preferido para o lazer.

Fica claro que a condição de classe gera para estes sujeitos a impossibilidade de alcançar o valor universal dado pela cultura dominante, através do intelectual, neste sentido a ideologia burguesa não alcança o seu intento, qual seja, o de promover um padrão cultural único, tido como melhor por todos.

O segundo grupo estudado - professores da rede municipal e estadual do Ingá, da mesma sorte que os agricultores, sofrem restrições várias para o exercício de sua profissão: a sua própria formação, as condições de trabalho enfrentadas e a remuneração salarial.

Traçando um perfil destes professores podemos ter uma idéia de sua experiência de vida enquanto classe popular mesmo que detentora de algum saber mais elaborado.

A maioria dos entrevistados (19) são pessoas do sexo feminino, já que, como visto anteriormente, os homens desde cedo aplicam-se a migração à procura de trabalho. O conhecimento adquirido por estes professores raramente excede ao primeiro grau; segundo seus depoimentos não dispõem de material didático próprio ou mesmo da rede de ensino, satisfatórios para o exercício do magistério.

Quando indagados a cerca da razão de serem professores, foram comuns as repostas do tipo:

" É o que o distrito oferecia em termos de trabalho e também pela conveniência, sou casada e tenho filhos."

" Foi uma chance de ter um emprego."

"No início foi por causa do I.N.P.S., depois fui gostando."

"Trabalhava na escola como auxiliar de serviços, houve uma oportunidade de substituir uma

professora e acabei descobrindo a vocação."

"No município é a profissão que melhor remunera."

Quanto a remuneração todos a consideram insuficiente para o sustento da família, o salário entra como complementar à renda familiar. No período da pesquisa para se ter uma idéia, o valor recebido por um professor polivalente alcançava apenas 1/4 do Salário Mínimo Nacional. Contudo argumentavam que por falta da oferta de emprego em outras atividades no município, eles se submetiam às condições expostas acima.

Com relação ao tipo de ensino específico de História em sua formação, noventa por cento responderam que esta se deu de forma factual, baseado no culto à personalidade, na memorização de nomes e datas, sem o exercício da reflexão e análise. Porém, todos concordam na importância do conhecimento da história do País, do Estado e do Município e da própria vida cotidiana dos mesmos, afirmando que este conhecimento poderá fazer com que se desenvolva um espírito crítico com relação à sua realidade diária.

Estas afirmações, apesar de todos os registros anteriormente expostos, caracterizam, nestes professores, a percepção com relação ao seu papel na sociedade enquanto agentes de mudança, muito embora falte a eles a instrumentalização para o seu desempenho.

Se analisarmos a fala destes professores percebemos que, da mesma forma que os agricultores, a representação feita acerca do monumento lítico do Ingá está marcada pela sua experiência de vida, pelo seu cotidiano. Mais uma vez a racionalização imposta pela classe dominante esbarra no concreto da vida de classe subalterna. No caso dos professores, embora estes demonstrem um conhecimento mais elaborado acerca do nosso objeto de estudo, nota-se um tom de desinteresse e uma ambivalência com relação a manifestações de esperança quanto à Pedra, no tocante à transformação da sua situação particular de pobreza; só em alguns casos é que se faz referência à importância para o município, vejamos:

- Quando perguntados acerca da importância da pedra para o município:

"Sim, é importante para tomar banho, namorar ... é ótimo para fazer pic-nic."

"Sim, é um marco do município."

" Acho bonito os desenhos feito pelos índios e porque ela tem coisas que as outras pedras não tem."

" Tem importância como ponto turístico da cidade, como ponto histórico."

- Se eles acham que trouxe alguma mudança para a vida das pessoas e para a comunidade como um todo.

" Sim, dia de domingo a população tem para onde ir."

" Mudou a situação financeira pelo turismo, mas não para todo mundo."

" Não, continua a mesma coisa de sempre."

" Sim. Aumenta o movimento na cidade. Economicamente não trouxe benefício. As pessoas que chegam para ver a pedra, as despesas são pagas pelo prefeito."

" As pessoas mais carentes vendem laranja, picolé ou cana na pedra no final de semana; porém quem tira proveito econômico da Pedra é uma pequena parcela, a maior parte da comunidade só aproveita para lazer."

" Até agora não, porque o povo não conhece; está havendo alguma mudança com o turismo. Para poucas pessoas está melhorando economicamente pelo desenvolvimento do comércio principalmente na Pedra."

"Sim, lazer - poderá trazer mudanças econômicas, mas para a maior parte da população a Pedra é importante como área de lazer."

Quando perguntados do seu conhecimento próprio das Itaquarias, dos 28 entrevistados, 18 afirmaram que nunca tinham lido nada acerca do assunto; 19 não tinham a mínima idéia de como ela surgiu e não conheciam nenhuma lenda ou versão sobre a mesma; concluindo, 23 destes professores não tiveram conhecimento escolar referente ao monumento, nem tão pouco o transmitem em sala de aula.

É evidente pelo exposto acima que dois fatores são concorrentes para este "desinteresse" - como apregoado pelos que detêm a cultura dominante. Primeiro consideramos que esta ambigüidade detectada nos discursos analisados com relação ao conhecimento e a valorização da Pedra do Ingá, se dá em relação direta, ou mesmo, como consequência das condições de vida às quais estão sujeitas esta parcela da população do Ingá; condições estas características de um município em crise - como de resto todo o País - nas quais a luta diária não é pela posse de uma autonomia enquanto ser social, mas na luta pela própria sobrevivência. Este processo de "alienação" cultural não é apenas externo ao sujeito, mas estruturante da sua condição de classe, da sua personalidade, da sua visão do mundo.

Consideramos em segundo lugar que o conhecimento produzido pelos estudiosos, seja pela maneira como é apresentado, seja pelo confinamento dos resultados no âmbito da própria classe dominante, enfim seja pela racionalidade destes intelectuais demonstrada no caso da Pedra do Ingá, que determina o que é inquestionavelmente verdadeiro tentando-se elevar ao universal o ponto de vista particular, não produz nestes sujeitos componentes de história - agricultores e professores - o desejo de apreensão, porém, nem por isso podemos

afirmar a esta parcela da sociedade o estigma de pobreza cultural.

A classe subalterna não pode ser considerada como incompetente ou anormal pelo fato de não assimilar e interiorizar os postulados ditados pela classe dominante que tenta intimidar social e politicamente àqueles que segundo eles não tem competência para o conhecimento. Competência esta que a própria classe burguesa cuida em eliminar já que tira dela as condições materiais para alcançá-la.

Concluindo, entendemos que não se deve destruir os valores dos grupos subalternos; não é o fato de uma classe se submeter à racionalização de outra - como no caso o proletariado em relação à burguesia - mas cada um preservando seus valores, tentar anular o obscuratismo. É neste momento que para a classe burguesa se delineia a importância e necessidade do desenvolvimento da ciência enquanto interrelação entre teoria e fato; o que poderia efetivamente eliminar a dicotomia hoje encontrada no discurso e na prática dos estudiosos das Itaquatiras, onde percebemos a distinção clara entre o conhecimento especulativo e conhecimento científico. Para o proletariado entendemos a educação como um caminho para o progresso no sentido do domínio da própria consciência gerando potencialmente a reação à sua condição de classe.

NOTAS

- 01 - cf. depoimento gravado em 05.09.90 em entrevista para a pesquisa, pesa equipe do CEHC - IDEME.
- 02 - cf. CHAUI. Marilena. Cultura e Democracia: O discurso competente e outras falas. São Paulo. Cortez. 1989. Quarta edição. pg. 03.
- 03 - cf. CHAUI. Marilena, idem nota 02 "(...) é aquele que pode ser proferido, ouvido e aceito como verdadeiro ou autorizado (...) que procura manter a identificação de todos os sujeitos sociais com uma imagem particular."
- 04 - Idem nota 02. pg. 14.
- 05 - cf. Cloves Lima in Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba. Volume 12. 1953.
- 06 - Idem nota 01.
- 07 - cf. A União em 03.07.1977.
- 08 - cf. FREIRE. Antonio. Revoltas e Repentes. João Pessoa. Nova Paraíba. 1974. pg. 80.
- 09 - cf. FERRO. Marc. A História Viglada. São Paulo. Martins Fontes. 1989. pg. 07.
- 10 - Idem nota 01.
- 11 - Idem nota 01.
- 12 - cf. GINZBURG. Carlo. O Queijo e os Vermes. São Paulo. Companhia das Letras. 1987. pg. 17.
- 13 - cf. Bakhtim citado por Ginzburg - idem nota 12. pg. 24-25.
- 14 - cf. FARIA. Francisco Pessoa. Os Astronomos pré-históricos do Ingá. São Paulo. Ibasa. 1987. pg. 67-70.
- 15 - Idem nota 01.
- 16 - cf. A União em 16.08.1945.
- 17 - cf. GUERRA, Yaponina M. B. O Espaço dos Sem Espaço. Dissertação de mestrado em educação. João Pessoa. U.F.Pb. 1986. pg. 51-52.
- 18 - Foi realizado uma pesquisa em forma de amostragem entre os agricultores do Ingá. Entrevistamos 18 agricultores de zona urbana (ponta-de-rua) e de zona rural nos distritos de Chá dos Pereiras e Pontina.

19 - Foi realizada uma pesquisa com 28 professores da rede municipal e estadual do município; a pesquisa constou do preenchimento de questionários e depoimentos orais.

CAPÍTULO V - INGÁ: TURISMO X PRESERVAÇÃO.

Passaremos neste capítulo à reflexão de algumas questões acerca das Itaquatiaras do Ingá hoje, com relação à exploração turística dos mesmos; para tanto, traçaremos um rápido perfil da atual realidade sócio-econômica do município, procurando avaliar a possibilidade de desenvolvimento do turismo em três níveis; primeiro como forma de redenção econômica, em segundo como promotor de conscientização cultural tanto para a população local, como dos possíveis visitantes; e por último como espaço democrático de estudo. Ressaltando a imprescindível necessidade de sua preservação.

Traçando inicialmente o contexto sócio-econômico do Ingá, poderemos melhor avaliar a necessidade da existência ou promoção de um veio econômico que possibilite a restauração do próprio município em termos de condições de vida e de trabalho para a população tão expoliada no decorrer de sua história.

Partindo da década de 1950, com a crise algodoeira, econômica e socialmente registram-se conseqüências que se alastram até hoje no município. A primeira e mais grave foi a expulsão e expropriação dos camponeses das terras de roçado face à substituição da produção de algodão pela pecuária - criação de gado e plantação de capim. Como visto em capítulo anterior a crise social atinge todo o município, pois observa-se a ocorrência do exôdo rural em que o agricultor, sem roçado, parte para a cidade (sede do município ou os distritos), morando em ponta de rua, sobrevivendo a partir da sujeição a pequenos arrendamentos ou ao trabalho alugado.

A este processo de exploração pecuária tornou-se inerente a concentração de terras que atualmente verifica-se como tendência no município, somando-se à possibilidade de acesso ao crédito agrícola apenas aos grandes proprietários.

A pequena produção de algodão, que subsistiu ao avanço do gado e do capim, sofre, nos últimos anos de 1970 e durante a década de 1980, a ação agravante da praga do bicudo o que obrigou a queimada dos algodoads que se tornaram impestáveis. O descaso dos governos estadual e federal contribui decididamente para a ruína da produção algodoeira já que não envidaram esforços no sentido de destinar recursos suficientes à erradicação da praga, instruindo até os agricultores (no caso a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA) a reutilizarem as terras no pasto de animais ou no cultivo de outros produtos.

Com o fim do algodão e a intensificação da pecuária, formou-se a partir de 1970, um mercado regional absorvedor da produção leiteira através das indústrias de laticínios. A produção do Ingá destina-se à indústria Betânia, instalada em Campina Grande. Esta economia pecuária, claramente só traz benefícios aos latifundiários que empreendem a concentração de terras formando os latifúndios, utilizando pouca mão-de-obra e lucrando com a venda de seus produtos livre do pagamento de taxas e impostos à prefeitura.

Como conseqüência deste quadro econômico, as condições do município e dos trabalhadores, se não pioram a cada dia, permanecem

estacionados num nível bastante precário. Os trabalhadores padecem de todo tipo de necessidade, sem moradia digna, com péssimas condições de saúde, de educação, sujeitos a sub-empregos e enfim à super exploração.

A situação notadamente se agrava nos distritos que formam o município, onde a perda de terras foi tão grande que em certos períodos a sua população se resume a idosos, as mulheres e as crianças, já que os homens partem para outros centros como Rio de Janeiro e São Paulo à procura de trabalho.

Durante o período de nossa pesquisa, o que constatamos foi uma agricultura cada vez mais decadente, a quase inexistência de indústrias e a falta de emprego. O comércio do município também é mínimo e o seu desenvolvimento é dificultado pelo fato da proximidade de centros maiores como é o caso de Campina Grande, João Pessoa e Itabaiana.

A oferta de serviços públicos colabora para agravar ainda mais este quadro econômico e social, já que não dispõe de um hospital para o necessário atendimento à população (01); o atendimento bancário se resume a uma agência do Banco do Brasil.

Como de resto, a maioria dos municípios do nordeste e do Estado da Paraíba, o Ingá retrata a situação enfrentada: a pobreza e a falta de perspectivas em superá-la.

Percebemos a tentativa por parte da administração pública municipal em vocacioná-lo para o turismo; para os políticos locais é grande o interesse pelo desenvolvimentos turístico.

" (...) através da propaganda turística e da vinda dos mesmos, se pode conseguir mais recursos para o município e aumentar a oferta de trabalho e é uma maneira de fazer com que o município seja mais conhecido." (02)

Entendemos que esta é uma proposta válida para o município, pois o turismo é uma atividade com vasta área de atuação no Brasil. A nível geral observa-se um incipiente esforço de organismos governamentais, particulares e empresariais, através de sucessivas medidas coordenadoras do seu desenvolvimento que permitem situá-lo como força integrante da economia nacional e como fator de integração municipal, estadual e nacional.

Esta conjugação de esforços visa transformar o turismo numa atividade altamente dinâmica, causa e consequência de fenômenos sócio-econômicos os mais variados; o mesmo na proporção do seu crescimento intenso gera o aparecimento de novas formas de atividades produtivas e de novos campos de trabalho, criando empregos diretos e indiretos.

São diversos os campos culturais envolvidos pelo turismo, temos aqueles definidos como históricos e por assim dizer, considerados como patrimônio histórico, envolvendo os bens físicos, datas, nomes e fatos que funcionam como um marco da própria história local ou nacional. As Itaquatiras do Ingá pertencem assim a esse campo,

sendo inclusive um patrimônio tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

A História no turismo, são todos os atrativos históricos existentes que motivam ou atraem historiadores ou áreas afins (base para o seu conhecimento), estudantes (fonte de pesquisa) e turistas (cultura geral); neste caso a Pedra do Ingá se enquadra perfeitamente enquanto objeto de apreciação humana.

Existe a mais variada gama de motivações para a visitaçào deste sítio arqueológico. Para os cientistas e estudiosos é o desafio de decifração simbólica das inscrições rupestres insculpidas no granito, que afloram não só no Ingá, mas em vários pontos do Estado e que nos permitem reunir valiosas informações sobre a vida e os costumes do homem do passado em nosso continente; para os estudantes a importância depende diretamente ou de sua área de formação - História, Geografia, Geologia, etc. ou a nível municipal, do que lhe é ensinado em sala de aula por seus professores; a visita de turistas propriamente dita, ou seja os curiosos, é mais esporádica e tem apenas um caráter turístico complementar, pois o município do Ingá e as Itaquatiaras não estão necessariamente no roteiro de viagem, porém, o turista de passagem pelos centros mais próximos como Campina Grande, João Pessoa, Caruarú, entre outros, estendem sua curiosidade e segundo os moradores do município "dão uma entradinha" para ver a Pedra.

Faz-se necessário porém o desenvolvimento e a aplicação de um planejamento que determine as atividades nesta área, desde uma legislação federal, estadual e municipal até uma política de conhecimento e conscientização conforme a área de atuação, já que por ser uma atividade abrangente envolve campos os mais diversos, integrantes da cultura de um povo, tais como: históricos, ecológicos, folclóricos, entre outros; sendo necessário para cada um deles cuidados específicos, na tentativa de racionalizar o desenvolvimento do turismo ao uso do solo, para preservação da paisagem, flora e fauna e também o patrimônio artístico, histórico e arqueológico.

A legislação brasileira partindo da sua Constituição, explicita no capítulo II (da União) e III (da Educação, da Cultura e do Desporto) dois artigos - Art. 24 e 216 respectivamente - acerca do patrimônio cultural e histórico brasileiro, demandando desde a identificação, tombamento de documentos e sítios históricos até a punição na forma da lei para os danos e ameaças aos bens culturais nacionais (03). Estes artigos permanecem ainda como dispositivos transitórios, sendo necessário a elaboração de leis específicas que regulamentarão a sua aplicação, no sentido de identificação, preservação e punição aos infratores.

Entendemos a necessidade e urgência na definição de uma legislação explícita que garanta a preservação destes patrimônios, mesmo sabendo que a cultura não se preserva só por decretos, mas principalmente pela conscientização turística e pela educação convencional e informal, o que trás a consolidação das bases culturais de um povo.

A urgência na elaboração de uma legislação que efetivamente alcance a Pedra do Ingá, pode ser percebida facilmente; nota-se que

pela comparação fotográfica dos litoglífos ao longo dos anos, fica evidente o desgaste pelo qual o sítio arqueológico passa, principalmente no que diz respeito às figuras, que demonstram um acentuado estado de descamação, sendo algumas já pouco visíveis. Este desgaste é provocado por vários fatores, tais como: os efeitos das águas do rio Ingá em suas enchentes, a variação de temperatura e pelo vandalismo praticado por turistas e pela própria população do município. Estas agressões sofridas pelo sítio arqueológico há muito vem sendo registrados:

" (...) Cremos nós, a Pedra do Ingá, como outros testemunhos de nossa pré-história, não tem sido convenientemente protegida contra a ação dos elementos naturais, perdendo-se desta forma irremediavelmente, uma das páginas mais interessantes do povoamento brasileiro. Sua origem, sua cronologia, seus autores e seu verdadeiro fim, cada ano que passa, torna-se mais difíceis de detectar em virtude dos efeitos de erosão e da destruição executada pelo elemento humano que, em sua insana irresponsabilidade e cruenta avareza, em cada pedra com inscrição, em cada letreiro tudo revolve e destrói em busca de fabulosos tesouros enterrados." (04)

ou

" (...) cumpre aos paraibanos resguarda-las para melhores estudos, marcos que são de preciosas investigações que de certo ligarão os tempos atuais ao dos primeiros habitantes da terra americana." (05)

Estes depoimentos foram dados anos atrás, mas podem ser lidos e aplicados hoje, já que pouquíssimas atitudes foram tomadas no sentido de sua preservação.

Atualmente percebemos a tentativa, por parte da administração pública, em desenvolver a atividade turística através da exploração do sítio arqueológico, porém não é promovido paralelamente às atividades programadas, nenhum projeto de preservação; as únicas alusões feitas que poderiam demonstrar algum tipo de preocupação com o monumento, mas que até hoje não foram efetivadas, são as seguintes:

" Legislação quanto a duração dos visitantes nas Itaquatieras do Ingá; não deve ser maior ou menor que duas horas." (06)

e

" O prefeito do Ingá, Antônio Burity, encontra-se elaborando um projeto para a preservação da Pedra do Ingá; ele quer transformar o sítio arqueológico, conhecido internacionalmente num verdadeiro santuário, cultivando na

área um tapete com "grama de burro", catalogação de árvores nativas, da floricultura e cultivo de plantas medicinais regionais com plaquetas individuais. O reflorestamento do restante da área será feita com açerolas e pitangas. Implantar um museu de memória ao alcance de todo o visitante armazenando todos os escritos referentes às Itaquatiaras. Será construído um restaurante para os turistas com guias treinados. Promoverá um seminário destinado a discursão acerca da utilização de plastina (plastificação da Pedra), a exemplo do que acontece na Europa; a cobertura de sapê, coberta de plástico móvel evitando o seu desfolhamento." (07)

De todas as intenções acima expostas, a única que constatamos ter se desenvolvido, mesmo assim de maneira precária, foi a que se refere a construção de um restaurante. Há anos atrás, na gestão anterior a Antônio Burity, a empresa de turismo da Paraíba - PbTur, idealizou um projeto para construção de um hotel-fazenda na área do sítio arqueológico que não foi concretizado; a atual administração municipal modificou o projeto original e transformou a obra já iniciada em um restaurante que funciona parcialmente, arrendado a um cidadão do município para serviço aos turistas.

Hoje, o que vem ocorrendo turisticamente, antes de promover o desenvolvimento ordenado e racional do município e mesmo a sua divulgação, tem trazido a depreciação e a desvalorização do tão propagado e importante monumento arqueológico.

Observamos a ocorrência de um turismo predatório através de uma agenda turística da cidade que promoveu a reativação do trem que liga Ingá a Campina Grande em datas comemorativas - Natal, São João e aniversário do município o "trem viário". Estes passeios são coordenados por uma empresa sediada em Campina Grande que consta do seguinte roteiro: saída da Estação Velha de Campina Grande até a linha ferroviária que passa perto do sítio arqueológico, onde está a disposição dos turistas um ônibus que os leva até a Pedra do Ingá. Vejamos como estes eventos são noticiados nos jornais:

" Além da visitação das pedras, houve muito forró nestes dias no sítio das Itaquatiaras, e o prefeito Antônio Burity declarou que movimentação deste tipo só poderia deixar todos regozijados." (08)

" Os passeios ao sítio transportando 400 pessoas que com muito forró e animação estarão se despedindo do maior São João do Mundo." (09)

" Os turistas também caíram no forró junto a quadrilha "Xote menina" que fez uma bela apresentação nas Itaquatiaras do Ingá." (10)

" (...) 22/23 e 25 de dezembro passeio de trem ao sítio arqueológico do Ingá a cargo da Cuca

- Assessoria, Publicidade e Eventos que será responsável pela organização do evento chamado "Passeio de Natal", levando o número limitado de 300 passageiros distribuídos em 3 vagões, com saída às 10 horas na estação velha de Campina Grande." (11)

Pela maneira como são desenvolvidas estas atividades acima descritas, qual seja, em cima e aos arredores próximos do monumento histórico-arqueológico, com barraquinhas destinadas à venda de bebidas, comidas típicas, artesanato, etc., ocorre como consequência o depósito de toda sorte de dejetos no rio Ingá e entre as próprias cavidades das Itaquiarias; some-se a isto a grande afluência de pessoas nestas datas que permanecem no local utilizando-se do próprio monumento como palco, passarela ou ponto de encontro. Ou ainda no dizer do ex-prefeito Wellington Gomes:

" É preciso ter cuidado, porque senão todo mundo vai querer levar um pedacinho como o muro de Berlim, prá levar como souvenir." (08)

Desta forma percebemos claramente que não ocorre uma preocupação com relação à preservação ou quanto a importância histórica do monumento. Ele só é importante na medida em que pode atrair turistas para o município. Não se desenvolve, nas escolas e na própria comunidade, nenhum programa no sentido de divulgar ou esclarecer a importância do sítio arqueológico, não só para o turismo mas para a manutenção da própria identidade municipal.

Continuando a desenvolver atividades desta natureza, sem critérios específicos e sem uma estrutura logística adequada de apoio ao turismo, pode-se perder a razão primeira da existência de tal atividade que são as Itaquiarias do Ingá com suas inscrições; fazendo isto perde-se a oportunidade de conhecer parcela importante dos antigos homens que passaram ou viveram nesta terra e mais, significa perder uma possibilidade real de redenção econômica para o município. Já que para o mundo, que pouco sabe do Ingá, ele existe porque a Pedra Lavrada existe.

As decisões políticas tomadas com relação a este tipo de utilização de um patrimônio histórico e cultural devem exceder a opiniões e atitudes particulares de pessoas que apesar de deterem o poder político no município, em geral desconhecem questões pertinentes a um assunto tão específico: o de preservação e uso racional de uma fonte histórica que pode proporcionar estudos significativos; para tanto, faz-se necessário, antes de qualquer atitude, a consulta a especialistas na área.

Concluindo este capítulo, não poderíamos deixar de levantar uma reflexão com relação à possibilidade de uma maior participação de setores educacionais na transmissão do conhecimento das Itaquiarias.

Se observarmos detidamente, os estudantes desde o 1º e 2º graus e em casos específicos o 3º grau tem em seus currículos disciplinas de história, distribuídas em várias séries. Porém, com raras exceções, este conhecimento ultrapassa as salas de aula na tentati-

va de demonstrar empiricamente conceitos e fontes históricas. Uma boa oportunidade para isto acontecer se faz presente com relação às Itaquatiaras do Ingá, pois a partir delas podem-se demonstrar várias áreas do conhecimento histórico não só paraibano mas do próprio homem em geral.

Seria interessante o desenvolvimento de projetos que contemplassem visitas periódicas ao sítio arqueológico dentre as disciplinas afins nos currículos escolares. Este projeto poderia inclusive compor um projeto turístico maior a nível da instituição municipal, baseado em uma exploração mais racional do mesmo.

NOTAS

- 01 - Em 1990 foi iniciada a construção de um hospital regional na sede do município, mas que no corrente ano teve suas obras paralisadas por falta de verba do Governo Estadual.
- 02 - cf. depoimento do ex-prefeito Paulo Cândido em Janeiro de 1990, em entrevista para a pesquisa, pela equipe do CEHC - IDEME.
- 03 - Segue em anexo a cópia destes dois artigos.
- 04 - cf. BEZERRA. Francisco O. S. in Boletim Informativo do Centro Brasileiro de Arqueologia. número 02. 1973. pg. 8-9.
- 05 - cf. Cloves Lima in Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba. Volume XII. João Pessoa. Editora Teone. 1953. pg. 12.
- 06 - cf. jornal Diário da Borborema em 08/07/1990.
- 07 - cf. jornal O Norte em 17/02/1989.
- 08 - cf. jornal Correio da Paraíba em 11/07/1989.
- 09 - cf. Jornal da Paraíba em 01/07/1990.
- 10 - cf. jornal Diário da Borborema em 27/07/1990.
- 11 - cf. Jornal da Paraíba em 19/12/1990.
- 12 - cf. depoimento do ex-prefeito Whellington Gomes gravado em 09/01/1990, em entrevista para a pesquisa, pela equipe do CEHC-IDEME.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como conclusão deste estudo traçaremos algumas considerações sobre a dicotomia presente no conhecimento que se tem das Itaquatiaras do Ingá, elaborado pelos estudiosos, ou seja, os intelectuais ante a especulação e a ciência. Trazendo por fim a reflexão acerca do respeito ao desconhecido - no caso o enigma que envolve a origem e o significado deste sítio arqueológico.

Considerando que os estudos desenvolvidos pelos intelectuais por nós registrados nesta monografia, se baseiam, como visto, no levantamento de hipóteses que trazem como resultado versões das mais variadas, detectamos alguns fatores que caracterizam estes estudos no âmbito abrangente das especulações:

- a)- a dificuldade na formação de conjecturas a respeito da origem e significado da Pedra do Ingá devido ao fato das inscrições permanecerem até hoje como uma linguagem não decifrada.
- b)- entendemos que seria necessário a eles o conhecimento especializado em arqueologia e antropologia, somado a possibilidade de desenvolver ou aplicar técnicas específicas destas áreas no sentido de detectar com segurança elementos, que concorressem para a formulação de suas hipóteses.
- c)- pela própria forma como se desenvolve o conhecimento obtido, de maneira contingente, pois suas posições ou hipóteses deveriam ter sua veracidade ou falsidade conhecida através não apenas da razão mas também da própria experiência, o que possibilitaria a sua comprovação, promovendo assim a abrangência no alcance do conhecimento.

Traçadas estas condições, se torna necessário caracterizar o que compreendemos como conhecimento científico, no sentido de perceber a diferença entre ciência e especulação. Uma das definições, em nossa opinião, suficientes para o nosso estudo é a de Trujillo Ferrari (01) quando ele afirma: " A ciência é todo um conjunto de atitudes e atividades racionais, dirigidas ao sistemático conhecimento com objeto limitado, capaz de ser submetido à verificação."

Esta sistematização de conhecimentos seria então obtida através do conjunto de proposições correlacionadas de determinado objeto de estudo, sendo necessário ao seu desenvolvimento uma interação constante entre teoria e fato ou objeto.

Portanto para que se obtenha o conhecimento científico, se faz pertinente um saber específico e apropriado conduzido por meio de métodos científicos. Sem os quais não há ciência; os métodos teriam a função de encaminhar a pesquisa procedendo a busca do conhecimento pelo conhecimento.

Os resultados obtidos baseados na aplicação dos métodos têm, obrigatoriamente, em se tratando da pesquisa científica, a ca-

racterística da universidade, a tal ponto que as hipóteses que não podem ser comprovadas não são consideradas pertencentes ao âmbito de ciência.

Outra característica importante e determinante do conhecimento científico, é a própria abrangência do mesmo; é pressuposto da ciência, seja ela referente a qualquer área de estudo, a faculdade de se tornar comum ou conhecida, e isto não só nos meios onde é produzida, mas para toda a humanidade.

Percebe-se então, após estas reflexões a dicotomia que existe entre o conhecimento científico e o conhecimento especulativo. No caso em estudo - o sítio arqueológico do Ingá - fica evidente pelo material trabalhado aqui, que se trata de um conhecimento baseado em hipóteses, que no mais das vezes, são elaboradas e concluídas a partir de dados insuficientes para sustentá-las ou, em certos casos através de procedimentos que não poderiam ser considerados como pertinentes a ciência, mas ao contrário, contrapondo os pressupostos que a caracterizam.

Enfim, a conclusão a que chegamos diante do monumento do Ingá, é o de total desconhecimento científico que se tem em relação aos seus autores, à sua significação e a sua decifração.

Até que se torne cientificamente conhecido e apreendido este enigma, necessário se faz, para além das discursões intelectuais, o cuidado com relação à sua preservação e o estímulo seja educacional, seja material à pesquisa científica propriamente dita.

NOTA

01 - cf. FERRARI. A Trujilo. Metodologia da ciência. terceira edição. Rio de Janeiro. Kennedy. 1974- pg. 8-9.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA. Horácio de. História da Paraíba. João Pessoa Universitária/U.F.Pb. 1978.
- ALVES. Luis Nunes. História da Paraíba em versos. Fortaleza. BNB. 1984.
- Atlas Geográfico do Estado da Paraíba. João Pessoa. Grafset. 1985.
- BRANDÃO. Ambrosio Fernandes. Diálogo das Grandezas do Brasil. Rio de Janeiro. Dois Mundos. 1943.
- BRITO. Gilvan. Viagem ao Desconhecido. Os segredos da Pedra do Ingá. Brasília. Senado Federal. 1988.
- CHAUI. Marilena. Cultura e Democracia. O discurso competente e outras falas. São Paulo. Cortez. 1989. quarta edição.
- CLEROT. Leon. F. R. Trinta anos de Paraíba. Rio de Janeiro. Pongetti. 1969.
- FARIA. Francisco C. Pessoa. Os Astrônomos pré-históricos do Ingá. São Paulo. Ibrasa. 1987.
- FERRARI. A. Trujilo. Metodologia da Ciência. Terceira edição. Rio de Janeiro. Kennedy. 1974.
- FERRO. Marc. A História Viglada. São Paulo. Martins Fontes. 1989.
- FREIRE. Antonio. Revoltas e Repentes. João Pessoa. Nova Paraíba. 1974.
- GINZBURG. Carlo. O Queijo e os Vermes. São Paulo. Companhia das Letras. 1987.
- GUERRA. Yapomira M. B. O espaço dos sem espaço. dissertação de mestrado em Educação. João Pessoa. U.F.Pb. 1986.
- JOFFILY. Irineo. Notas sobre a Paraíba. Fac-simile da primeira edição publicada no Rio de Janeiro em 1982. Brasília. Thesaurus. 1977.
- MEDEIROS. Coriolano de. Dicionário Coreográfico da Paraíba. Segunda edição. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional. 1950.
- MELO. José Otávio. (org). Capítulos de História da Paraíba. João Pessoa. O Norte. 1977.
- MORAIS. Luciano Jaques. Inscrições Rupestres no Brasil. Inspetoria Federal de Obras Contra a Seca. Rio de

Janeiro. 1924.

- ODILON. Marcos. Pequeno Dicionário de Fatos e Vultos da Paraíba. Rio de Janeiro. Cátedra. 1984.
- PINTO. Irineo Ferreira. Datas e Notas para a História da Paraíba. João Pessoa. Universitária/U.F.Pb. 1977.
- SALVADOR. Frei Vicente. História do Brasil. Terceira Edição. São Paulo. Melhoramentos. 1931.
- SORRENTINO. Rossana. Troca-se Ouro Branco por Capim. Monografia de especialização em História. João Pessoa. U.F.Pb. 1990.

PERIÓDICOS

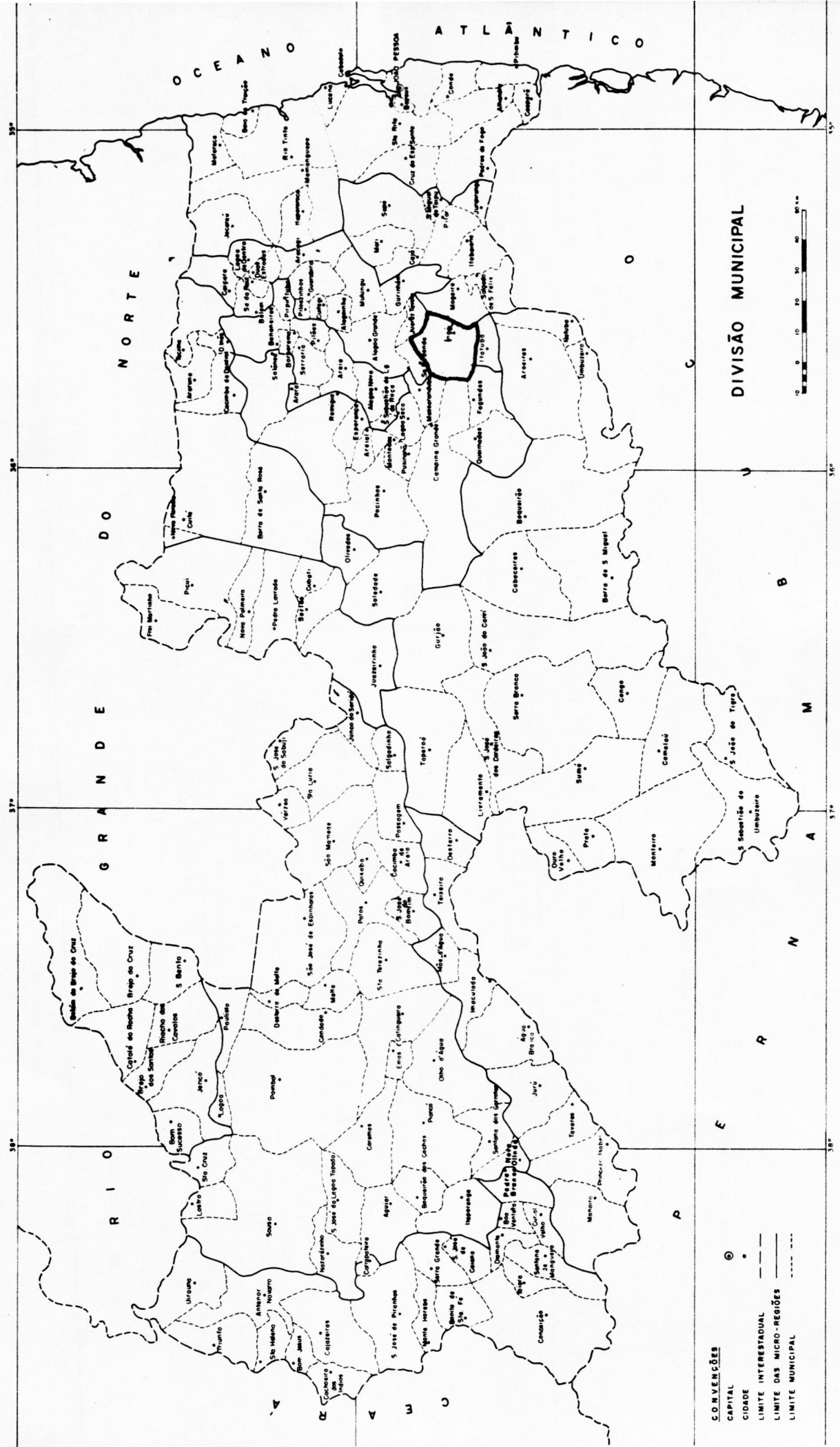
- Revista do I.H.G.P. João Pessoa. Ed. Teone. Volumes VIII e XII. 1953
- Revista do Arquivo Municipal do Estado de São Paulo Volume XV. São Paulo. 1943.
- Revista do I.H.G.B. Rio de Janeiro. Garnien. 1873. Tomo XXXVI. Volume 47.
- Revista Brasileira de Arqueologia. Rio de Janeiro. Número I. 1964.
- Revista de História. São Paulo. Número 93. Volume XLVI. 1973.
- Boletim Informativo do Centro Brasileiro de Arqueologia. Rio de Janeiro (Mimeo). Volumes 01, 02, 03 e 04 - anos de 1973 e 1974.
- Jornal A União em 03.07.1977.
- ----- 26.08.1945.
- Jornal Diário da Borborema em 08.07.1990.
- ----- 27.07.1990.
- Jornal O Norte em 17.02.1989.
- Jornal Correio da Paraíba em 11.07.1989.
- Jornal da Paraíba em 01.07.1990.
- ----- 19.12.1990.

OBSERVAÇÃO

Desenho da capa reproduzido da Obra Histórica, elaborado pela equipe do CEHC - IDEME, de autoria do artista Archidy de Noronha Picado Filho, com autorização do mesmo.

ANEXOS

- Anexo 01 - Mapa do Estado da Paraíba.
- Anexo 02 - Artigos Constitucionais.
- Anexo 03 - Ilustrações da Pedra do Ingá.



CONVENÇÕES
 CAPITAL ●
 CIDADE ○
 LIMITE INTERMUNICIPAL - - -
 LIMITE DAS MICRO-REGIÕES - - - -
 LIMITE MUNICIPAL - - - - -

DIVISÃO MUNICIPAL

ELABORADO NO LABORGAR
 DEBEOC - CC EN - UFPA
 1984

ARTIGOS CONSTITUCIONAIS

CAPITULO II - da União.

Art. 24. Compete a União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

.
. .
.

VII - Proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico;

VIII - Responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, es tético, histórico, turístico e paisagístico;

.
. .
.

CAPITULO III - da Educação, da Cultura e do Desporto.

Seção II - da Cultura.

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

.
. .
.

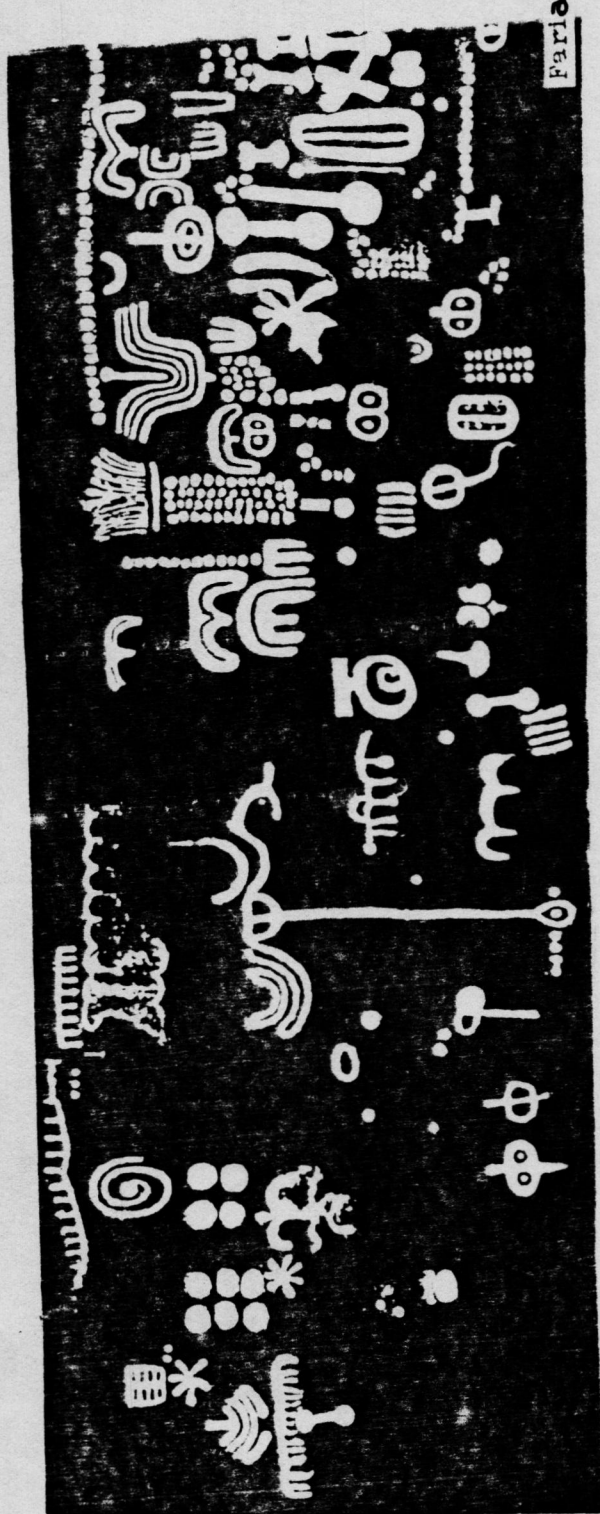
IV - Obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - Os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

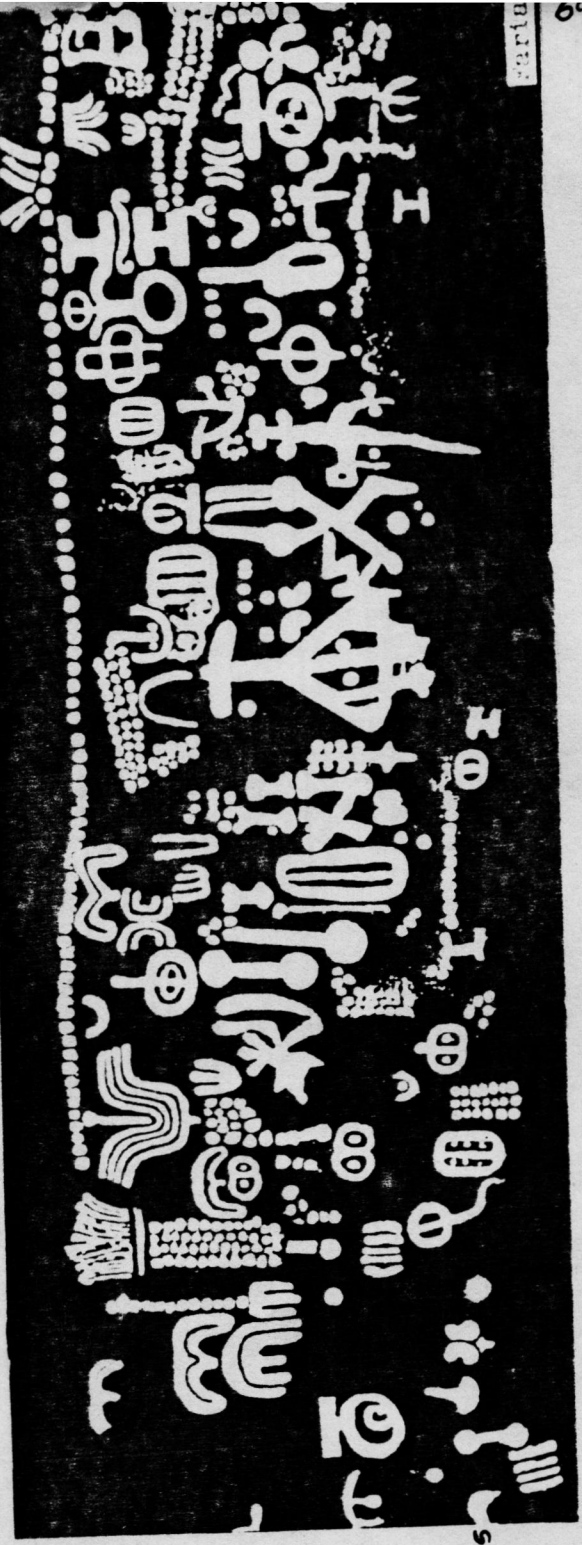
Parágrafo Primeiro - O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

Parágrafo Quarto - Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos na forma de lei.

Parágrafo Quinto - Ficam tombados os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.

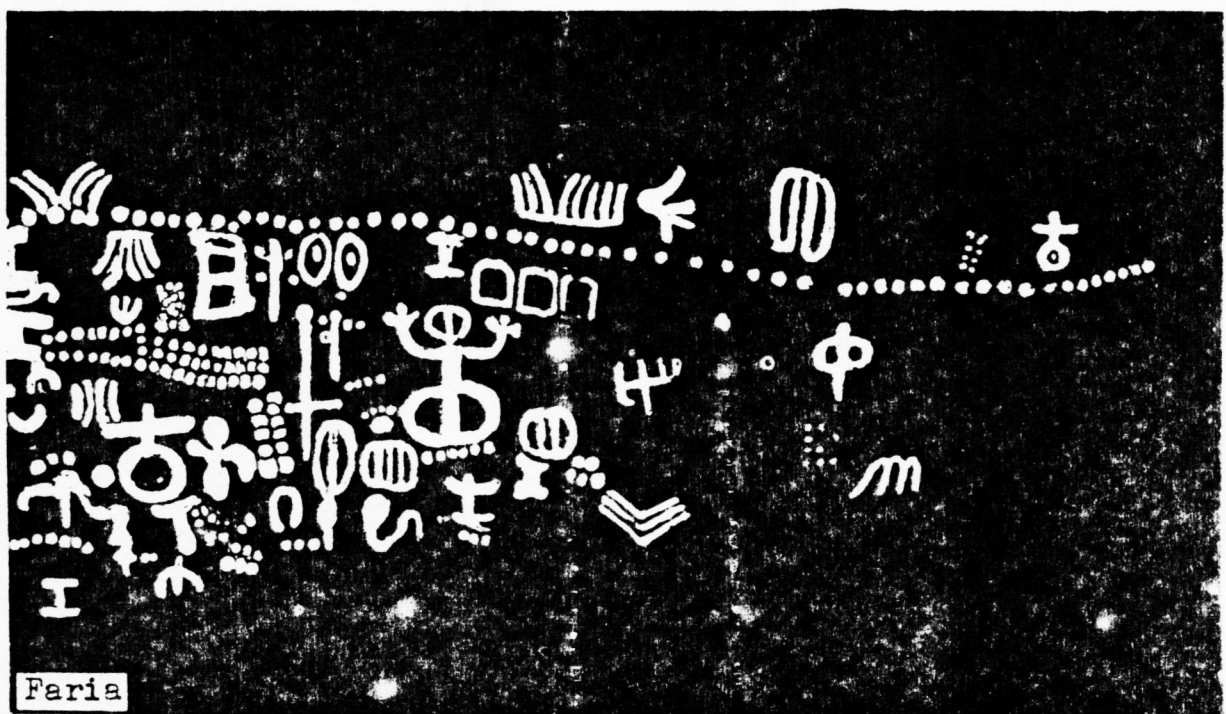


Itaquatiara de Inga, gíftos do painel vertical à extrema esquerda do observador. Entre curtesas pictográficas destacam-se uma espiral, círculos e figuras estelares, insculpidas em meia-cana no granito.



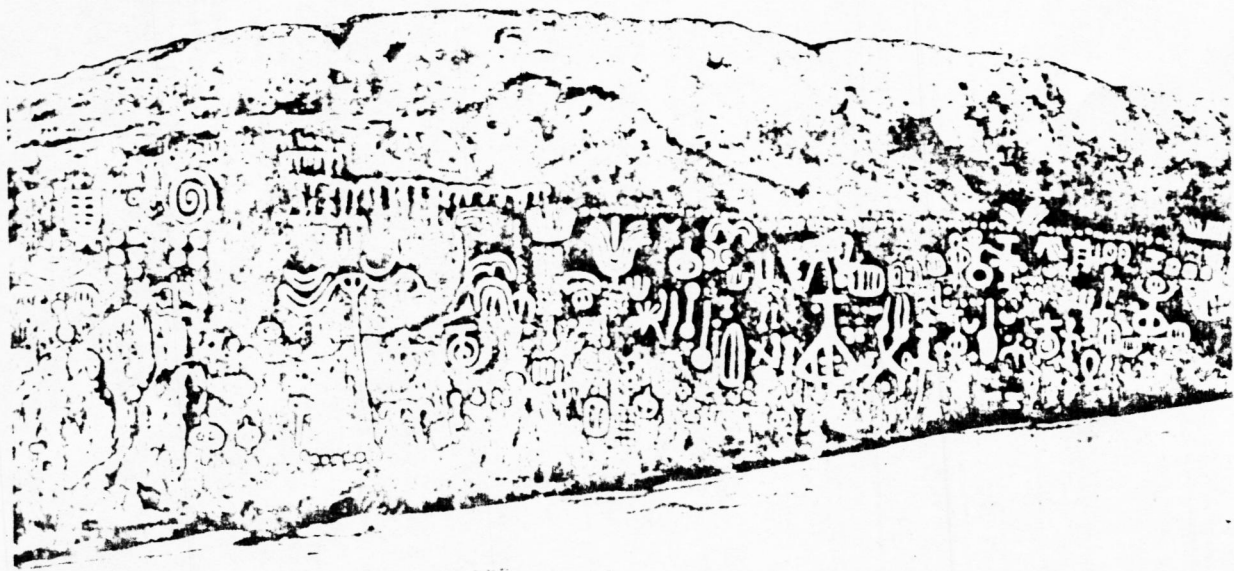
Itaquatiara de Inga, gíftos do painel vertical - parte central do monólito - A direita e em cima, um gífto rebatido em 180 graus é separado pela linha de pontos. Abaixo dele, uma figura antropomorfa se articula com uma pictografia dividida por uma linha sinuosa.

Do livro:
 FARIA, F. SO. C. P. Os Astrônômos
 Pré-históricos do Inga
 S. Paulo. IBASA. 1987
 Pg. 28/29



Faria

- Itaquiara do Ingá, painel vertical.
 Últimos glifos do conjunto principal de insculpturas, à
 direita do observador. Em cima, um círculo
 encimado por uma cruz encerra o painel.



- Itaquiara do Ingá. Visão de
 conjunto das inscrições na face leste do
 monólito que repousa sobre a laje do leito seco do rio
 Ingá.

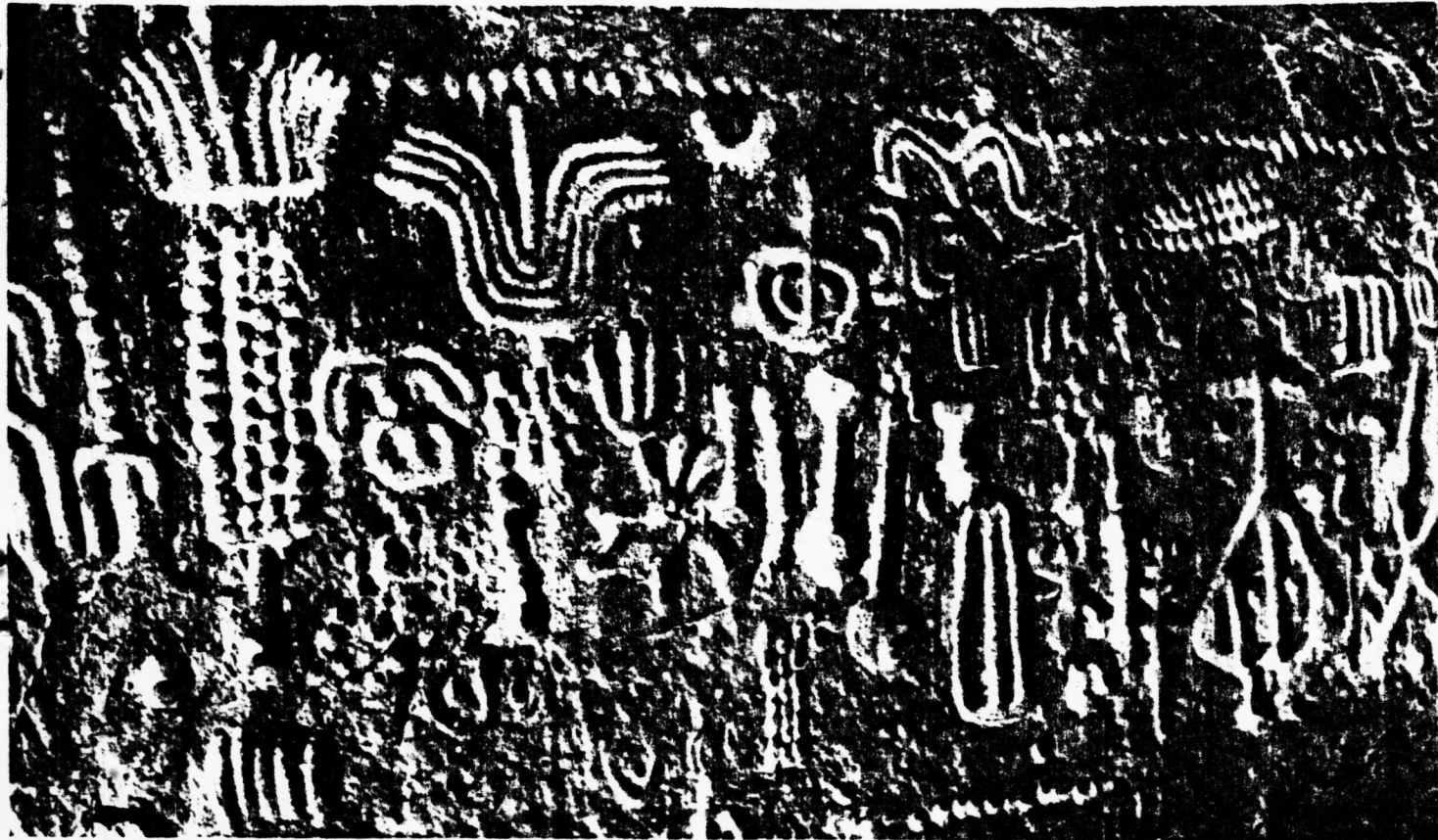
Extraído do livro:
 FARIA, Fco C Pessoa. Os Astrô-
 nomos Pré-históricos do
 Ingá. S. Paulo. Ibrasa
 1987 pgs. 30/31

Extraído do livro:

BRITO. Gilvan. Viagem
ao desconhecido.
Brasília .DF. 1988
pg. 51



talha do painel vertical (principal)



Detalhes das inscrições do painel central (vertical)

Extraído do livro:

BRITO, Gilvan. Viagem ao
desconhecido, Brasília
DF. 1988 pg. 48